

HMOBI Participações S.A. - HMOBI

CNPJ 40.159.947/0001-64

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

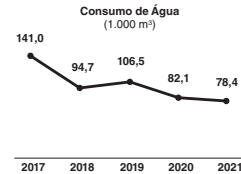
A COMPANHIA. Apresentação da Companhia. A Hmobi Participações S.A. – HMOBI, é uma holding não financeira controlada pela Mubadala Capital IAV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia FIP (“IAV FIP”). A Mubadala é um investidor ativo e inovador que aloca capital em uma variedade de ativos, setores e regiões, investem estrategicamente no mundo inteiro e em setores alicerçados em nossas vantagens competitivas advindas de talento, solidez financeira, diversidade de portfólio e relacionamentos globais, para reforçar valor duradouro e impacto positivo social e econômico em comunidades onde operam. Desde a sua constituição, a Companhia não passou por alterações na sua denominação ou, sendo que seu objeto social, que é a realização de investimentos em projetos no setor de infraestrutura, por meio da participação em outras sociedades, como quotista ou acionista, no país ou no exterior, sendo, desta forma, uma holaa-ting não financeira. A HMOBI foi constituída no âmbito do Acordo de Reestruturação da Dívida firmado por acionistas e credores da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – Invepar, antiga acionista, e que vislumbrava a possibilidade de participação desses credores em uma ou mais empresas da Invepar. A HMOBI foi, portanto, a empresa veículo do Acordo, em estrutura societária. Em 8 de novembro 2021 foram concluídas as seguintes e principais etapas previstas no Acordo de Reestruturação assinado em 28 de setembro de 2020, com objetivo da redução significativa da dívida da Invepar com envolvimento da troca de participações em empresas do Grupo: transferência da totalidade das ações da HMOBI, representativas de 100% do seu capital social; aumento do capital da HMOBI mediante emissão de novas ações; transferência das Ações do Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. MetrôRio e do MetrôBarra S.A. Metrobarra para a HMOBI, tornando-se a holding das Companhias. **A HMOBI opera o Sistema Metroviário do Rio de Janeiro.** As Demonstrações Contábeis de 2021 da Companhia foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que o valor dos recursos financeiros retidos pela Companhia é suficiente para fazer frente as suas obrigações nos próximos 12 meses, e que conta ainda com o suporte financeiro da sua acionista controladora para manutenção das suas atividades caso seja necessário. **Mensagem da Administração.** No exercício social de 2021 a Companhia passou do estágio pré-operacional para se tornar a holding de um Grupo Econômico atuante, atualmente, no segmento de mobilidade urbana. Ao mesmo tempo em que passou por mudanças societárias relevantes, deixando de integrar o Grupo Invepar e se tornando controladora integral das Companhias Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio e da Metrobarra S.A., conforme principais fatos listados abaixo: • Em 8 de novembro 2021 foram concluídas as seguintes e principais etapas previstas no Acordo de Reestruturação, que foi assinado em setembro de 2020 e previu a redução significativa da dívida da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – Invepar (Companhia que detinha o controle acionário da HMOBI), em troca de participações em empresas do Grupo Invepar: I - Transferência da totalidade das ações de emissão da HMOBI, em contraprestação ao resgate, pela Invepar, de debêntures detidas pelo Mubadala Capital IAV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia FIP (“IAV FIP”); II - Aumento do capital da HMOBI mediante emissão de novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas por: IAV FIP, Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF (“Funcef”), Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS (“Petros”), Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI (“PREVI”); III - Transferência das Ações do MetrôRio e Metrobarra em contrapartida à entrega em dação em pagamento, da totalidade das ações representativas de 100% do capital social total, do MetrôRio e Metrobarra. Em decorrência da conclusão das etapas da operação acima descritas: o IAV FIP passou a ser acionista controlador da HMOBI, detentor de 51,5% do capital social da HMOBI; e a HMOBI passou a ser a única acionista detentora da totalidade do capital social da MetrôRio e Metrobarra. • A Companhia empregou os melhores esforços em busca de soluções para a preservação da saúde financeira e para a continuidade dos negócios. Dentre eles a revisão dos orçamentos de custeio e de investimentos, a adequação da frota a uma nova grade de circulação, redução do consumo de energia, e redução de custo em contratos de manutenção e operação. • Desde o início da pandemia o MetrôRio reforçou as medidas de segurança e higienização para maior proteção de seus usuários. Como medida preventiva contra o novo coronavírus, foi adotado um novo protocolo de limpeza, com reforço de equipes e ações de higienização nas composições e estações, e foram veiculadas campanhas educativas produzidas pelos órgãos de Saúde a fim de orientar os passageiros e colaboradores. Além disso foi realizada uma ação de sanitização nas estações das linhas 1 e 2. A iniciativa é um reforço às medidas preventivas já adotadas pelo MetrôRio para contenção da disseminação do coronavírus. **Destaque do último ano. Grupo HMOBI. Ressarcimento emergencial - MetrôRio.** Em 30 de novembro de 2021, A AGETRANS, através da Deliberação nº 1.812, reconheceu a responsabilidade do Poder Concedente em promover o ressarcimento emergencial à Companhia referente a parcela de *break even* operacional relativa ao período de março a dezembro de 2020, no valor de R\$ 286.067.997,00, para ressarcimento dos prejuízos suportados pela Companhia no âmbito da concessão, em razão da decretação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do coronavírus (COVID-19).

MetrôRio fica entre as 100 empresas mais influentes em mobilidade de 2021. O Connected Smart Cities e o Mobilidade Estação, em uma parceria pioneira, divulgaram a lista das 100 empresas mais influentes em mobilidade de 2021. Onde 30 especialistas do setor escolheram as 100 empresas mais representativas do segmento. Na avaliação dos especialistas, o MetrôRio foi uma das empresas que se destacou entre os Fabricantes e operadores de transporte público em 2021, um reconhecimento importante ao trabalho desenvolvido. **Prêmio Tecnologia & Desenvolvimento Metroferroviários.** O artigo “Impactos da Covid-19 no MetrôRio e estratégias de mitigação de impactos” foi o vencedor da categoria 1 do 8º Prêmio Tecnologia & Desenvolvimento Metroferroviários - concurso organizado pela Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTilhos) e pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). A premiação faz parte da 27ª Semana de Tecnologia Metroferroviária, um dos mais expressivos congressos técnicos do setor, realizado pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Metrô (AEAMESP). **MetrôRio integra projeto internacional que busca melhorar a manutenção de sistemas ferroviários.** O projeto Hartrack tem o objetivo de otimizar a manutenção de sistemas ferroviários e possibilitar simulações mais realistas. É liderado pela União Internacional de Caminhos-de-Ferro, organização mundial com sede na França, que busca desenvolver soluções para transportes sob trilhos. Os membros do projeto têm investigado os últimos conhecimentos da área de análise dinâmica da operação ferroviária, para que dessa forma seja possível compilá-los em uma iniciativa que irá padronizar e elevar a acurácia de simulações de sistemas ferroviários. **SUSTENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS. Pessoas, Saúde e Segurança.** Devido à pandemia da COVID-19, o Grupo HMOBI adotou a modalidade home office parcial, principalmente nos setores administrativos, como medida de proteção aos colaboradores. As medidas de proteção da saúde recomendadas pelos órgãos de saúde foram seguidas para acesso ao escritório e para os trabalhadores das áreas operacionais. Implantado em 2017, definindo a segurança do trabalho como prioridade na companhia, se mantém em atividade o **Programa Atitude Segura Sempre.** Em dezembro de 2021, foi realizada a **Semana Interna de Prevenção de Acidentes – SIPAT**, apresentando assuntos ligados a segurança no trabalho, saúde e atividades do dia a dia. **Ética e Compliance.** A Companhia possui elevado nível de maturidade do Programa de Integridade, com implantação de códigos e políticas de acordo com as melhores práticas de mercado e sob a luz do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, com posicionamento acima da média no setor de infraestrutura. Seguem destaques: • Estrutura de Compliance dedicada; • Programa de adequação e tratamento à Lei 12.846 (Lei Anticorrupção); • Comunicação e treinamentos constantes que atingem colaboradores e terceiros; • Processo de apuração de denúncias eficaz, suportado por Canal de Denúncias terceirizado; • Avaliação de integridade de terceiros para tomada de decisão nas contratações de alto risco; • Mapeamento de Conflitos de Interesses através de autodeclaração; • Gerenciamento dos riscos estratégicos da empresa; • Sistema integrado para suportar os processos de Compliance, Riscos e Controles Internos; • Comitê de ética multidisciplinar e atuante. **Relacionamento com a Sociedade.** Os projetos sociais do MetrôRio são desenvolvidos com parceiros e atuam em diversas frentes, buscando reduzir eventuais impactos das operações da Companhia sobre a sociedade. Também são promovidas e apoiadas ações que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades do seu entorno. Em 2021, o MetrôRio apoiou 10 iniciativas sociais, totalizando 60.492 mil beneficiados e R\$ 1.038.209,00 investidos através de recurso Incentivado pela Lei do ISS (Lei de Incentivo à Cultura). A seguir serão listadas algumas dessas iniciativas promovidas pela Companhia com o apoio de parceiros: **Biblioteca Estação Leitura.** O projeto é apoiado pela Lei de Incentivo à Cultura (ISS). A biblioteca popular localizada na Estação Central do MetrôRio tem como objetivo a difusão da cultura, incentivando a leitura através do fácil acesso aos livros e de forma gratuita. Além disso, são realizadas periodicamente *talk-shows* e atividades literárias. **A Arte Gerando Realiza.** O projeto ofereceu gratuitamente oficinas de maquiagem social, maquiagem artística, arte nas unhas e tranças e turbantes. O foco da iniciativa foi a capacitação profissional de jovens e adultos, maiores de 15 anos, moradores de Acari, instrumentalizando-os para o mercado de trabalho. **Água, Terra, Fogo e Ar.** O projeto realizou apresentações de peça teatral no formato online, através dos canais de comunicação do projeto, para as escolas das comunidades da linha 2, do entorno do MetrôRio, abordando temas para estimular a consciência ecológica, e difundir a educação ambiental através do teatro, arte e cultura, para crianças e adultos. **Gentilezinha.** O projeto tem como objetivo realizar uma peça teatral itinerante pelas comunidades do Rio de Janeiro, no tema gentileza e inclusão social, porém, devido a pandemia, no ano de 2021 o projeto foi realizado todo no formato online, através de webseries disponibilizadas nos canais do projeto. **Favela Mundo.** O projeto desenvolveu oficinas de teatro, música (violão) e danças (brasileira, hip hop e jazz) para crianças e jovens de 06 a 18 anos, além de capacitação profissional para maiores de 16 anos (artesanato e maquiagem), para moradores do Jaquezinho. **Consultorias e Orientações em Produção Cultural.** O projeto é apoiado pela Lei de Incentivo à Cultura (ISS), fomentou ações culturais de forma online, através de consultorias e orientações em produção cultural com suporte na gestão de projetos e ações culturais, qualificando produtores e ampliando a capacidade das ações locais de se desenvolverem. Além das atividades realizadas, o projeto proporcionou aos seus participantes o conhecimento dos trâmites burocráticos exigidos pelos órgãos públicos e privados na ocasião de inscrição e seleção em leis de incentivo e editais. **Escola de Música e Cidadania.** O projeto é apoiado pela Lei de Incentivo à Cultura (ISS), realizado em Vicente de Carvalho, formou uma nova geração de instrumentistas e cidadãos, capazes de fazer da música um agente de promoção social e de enriquecimento cultural de todo o conjunto da comunidade, democratizando o acesso à cultura e abrindo possibilidades de formação pessoal e profissional. **Projeto Olhares Cariocas.** O projeto é apoiado pela Lei de Incentivo à Cultura (ISS) realizou oficinas de audiovisual e promoção de exposições de filmes, através de aulas teóricas e práticas sobre o audiovisual, para moradores da comunidade da Mangueira, além de oficinas que envolvem outros saberes necessários para a criação de um vídeo de qualidade, utilizando o aparelho celular. **Multiplique o Bem.** O projeto é apoiado pela Lei de Incentivo à Cultura (ISS) realizou oficinas de aprendizado para

jovens desenvolverem projetos inovadores voltados para designer, games, animação e robótica e capacitação para os professores na comunidade da Rocinha. **Quiosque Solidário.** O Projeto é realizado pelo MetrôRio e visa promover o trabalho das instituições e grupos produtivos, oriundos das comunidades vizinhas às Linhas 1, 2 e 4 do MetrôRio. A renda obtida com a venda dos produtos contribui para a melhoria de renda dos artesãos. Através da cessão de espaço em uma determinada Estação do MetrôRio, previamente selecionada pela Companhia e cedida ao grupo para que possam divulgar, expor e vender seus produtos. O programa contribui para potencializar a economia solidária estimulando assim a geração de renda e sustentabilidade das organizações. Em 2021, o quiosque foi instalado na Estação Central, onde permanece com a Instituição Comunitária OSAMI. **Estação Alegria.** Projeto de visitação as dependências do MetrôRio por grupos de crianças oriundas de Escolas, Comunidades e Instituições do entorno das Linhas 1, 2 e 4. A visita tem objetivo de difundir o conhecimento sobre o nosso negócio, além de tratar de temas como cidadania, segurança e meio ambiente de forma lúdica, dinâmica e explicativa. **Meio Ambiente.** Sempre vigilante às questões ambientais, o MetrôRio, principal Companhia do Grupo, monitora e avalia constantemente os impactos de seus negócios ao meio ambiente. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente no sistema ICG (Indicadores de Controle e Gestão) e acompanhados pela alta direção do MetrôRio através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos. A 9ª emissão de debêntures do MetrôRio está alinhada aos *Green Bonds Principles* e, portanto, se caracteriza como Título Verde, com contribuições positivas para o desenvolvimento sustentável pelos seguintes e principais motivos: • Os recursos serão utilizados para refinanciamentos, reembolsos e gastos relacionados a investimentos em mobilidade urbana, nomeadamente no transporte público de passageiros eletrificado por meio de trilhos e infraestrutura dedicada, categorias alinhadas aos GBP, a *Climate Bonds Taxonomy* e a publicação “Não perca esse bond”; • Permitirá que a empresa siga com seu plano de CAPEX pelos próximos 10 anos, e esse uso de recursos está alinhado com a estratégia do MetrôRio e oferece benefícios ambientais e climáticos tangíveis; • Não há risco de investimento temporário dos recursos em investimentos prejudiciais para o clima; • As linhas operacionais de metrô têm performance confortável ou satisfatória em todas as dimensões analisadas: ambiental, comunidades, trabalhadores e sistema de gestão socioambiental. Abaixo são apresentados alguns indicadores ambientais da Companhia nos últimos anos:

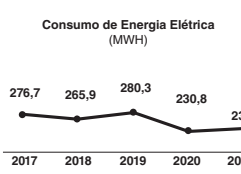
Consumo de Água

O MetrôRio monitora e controla o consumo de água através de sistema de gestão. Eventuais desvios são tratados através de planos de ação. Há ainda a utilização de água de reuso para lavagens de trens, que reduz a utilização de água potável e trata parte dos efluentes gerados nas oficinas. O consumo de água diminuiu novamente em 2021, por conta da pandemia, devido à redução de passageiros, colaboradores e demandas operacionais.



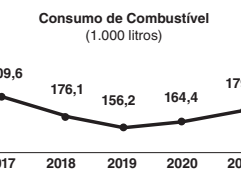
Consumo de Energia

Houve um aumento no consumo energético em comparação a 2020 por conta da flexibilização do isolamento social, aprovada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, retornando gradualmente com o fluxo de passageiros.



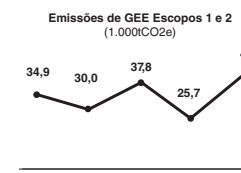
Consumo de Combustível

Aumento no consumo de diesel, devido à maior movimentação de veículos auxiliares e maquinários de vias para operação e cronograma de manutenção em geral.



Emissões de GEE (Escopo 1 e 2)

O aumento está relacionado à necessidade de intervenções, reposição de SF6, nas subestações blindadas de energia elétrica. Além disso, houve uma mudança no fator de emissão de energia elétrica (de 0,0573 em 2020 para 0,1266 em 2021), relacionada à crise hídrica, ou seja, este fator está relacionado ao uso de termelétricas para suprir a demanda nacional de energia elétrica.



RESULTADOS. Contexto Econômico. A economia foi duramente afetada ao redor do mundo ao longo do ano de 2020 e, com o início de 2021, a expectativa era de um ano de crescimento tímido, com uma recuperação lenta, uma vez que já havia indicativos de que a pandemia se estenderia por vários meses. A segunda onda de Covid-19 no Brasil iniciou-se ainda no ano de 2020, levando a um aumento do número de casos no início de 2021. No final de 2021, a chegada da nova variante Ômicron no Brasil contribuiu de forma relevante para o atraso na retomada da demanda de passageiros em 2021. Apesar deste cenário, até o terceiro trimestre as expectativas foram atendidas, devido ao avanço da vacinação e à maior mobilidade da população. Cabe mencionar que os serviços foram o principal destino de recuperação da economia. Além disso, o governo retornou, em abril de 2021, com os auxílios emergenciais para a população. Em paralelo, a taxa de desemprego começou a ceder em maio de 2021, reduzindo de 14,2% registrados no final de 2020 para 12,6% no início do último trimestre. Enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2021 com alta de 5,02%, o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) fechou 2021 com uma inflação de 17,78% acumulada no ano – taxa abaixo da observada em 2020, de 23,14%. Para o Grupo, o objetivo seguirá sempre sendo oferecer o melhor serviço de transporte, investindo em tecnologia e agilidade para a população. A administração da Companhia seguirá atenta a toda e quaisquer informações e/ou eventos relacionados ao Covid-19, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou de outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios. Na tabela abaixo estão os principais índices que auxiliarão no entendimento dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, apresentados nos capítulos a seguir.

Inflação, Câmbio e Juros

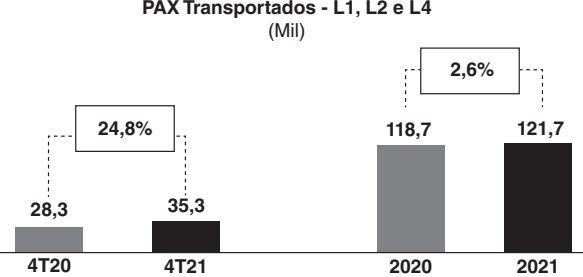
	2021	2020	Δ
Dólar Final do Período (R\$)	5,58	5,19	7,5%
CDI Final do Período	9,15%	1,90%	7,3pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	4,39%	2,75%	1,6pp
IGP-M	17,78%	23,14%	-5,4pp
IPCA	5,02%	2,98%	2,0pp
TJLP Final do Período	5,32%	4,55%	0,4pp
TJLP Média Últimos 12 meses	4,80%	4,87%	-0,1pp

<https://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpsq.asp?id=txcotacao>
https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-desdobramento-e-setoriais/serie-historica-do-di-hntm
<https://calculadorarendafixa.com.br/#/>
<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-ijlp>

Resultados Operacionais

Desempenho Operacional (Milhões)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
MetrôRio – PAX Pagantes – L1 e L2	24,0	19,6	22,2%	83,3	82,3	1,3%
MetrôRio – PAX Pagantes – L4	7,5	5,9	28,4%	25,7	24,6	4,3%
MetrôRio – PAX Transportador – L1, L2 e L4	35,3	28,3	24,8%	121,7	118,7	2,6%

PAX Transportados - L1, L2 e L4 (Mil)



Em 2021, as Linhas 1, 2 e 4 do sistema de metrô do Rio de Janeiro transportaram (pagantes e não pagantes) 121,7 milhões de passageiros, um aumento de 2,6% em relação a 2020. No 4T21, verificamos também um desempenho positivo de 24,8%, transportando 35,3 milhões de passageiros, cerca de 7 milhões a mais do que no 4T20. As medidas de isolamento social adotadas no início da pandemia, reduziu a circulação da população pela cidade, impactando na demanda de passageiros. A partir do 4T20, é possível verificar uma retomada de passageiros ao sistema metroviário, e em 2021 uma demanda acima do projetado, principalmente em função do retorno das atividades presenciais.

Resultados Financeiros

Recargas	Consolidado	Controladora
Receita Operacional (R\$ Milhões)	2021	2021
Receita tarifárias	456,3	–
Receitas não tarifárias	49,3	–
Receitas de locação	233,1	–
Equivalência patrimonial	–	76,1
Receita bruta	738,7	76,1
Deduções de receita bruta	(39,4)	–
Receita líquida ajustada	699,3	76,1

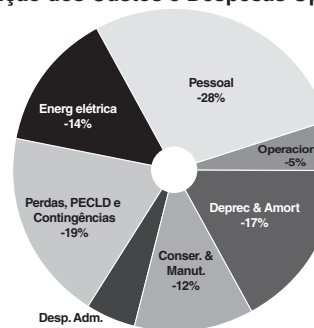
Em 11 de maio de 2021, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANS), com base no contrato de concessão, autorizou o aumento da tarifa em 16%, passando de R\$ 5,00 para R\$ 5,80, devido à pandemia. O aumento de 16% foi considerado pela Secretaria de Transportes uma redução de R\$ 0,50 em relação ao homologado pela AGETRANS, pois a agência recomendou o valor de R\$ 6,30. Em compen-

sação a extinção de certos processos judiciais regulatórios em favor do Poder Concedente, no montante de R\$ 287.369 milhões (Duzentos e oitenta e sete milhões, trezentos e sessenta e nove mil). A receita de locação refere-se à locação de Trens da Linha 4 para CRB (Concessionária da Linha 4).

Custos e Despesas

Custos e Despesas (R\$ Milhões)	Consolidado 2021	Controladora 2021	Controladora 2020
Pessoal	(208,8)	–	–
Operacionais	(35,2)	–	–
Deprec & Amort	(125,6)	–	–
Conserv. & Manut.	(89,7)	–	–
Desp. Adm.	(39,8)	(0,1)	(0,1)
Perdas, PECLD e Contingências	(144,1)	–	–
Energ Elétrica	(101,6)	–	–
Outras receitas e despesas operacionais	2,7	–	–
Custos & Despesas Operacionais	(742,1)	(0,1)	(0,1)

Composição dos Custos e Despesas Operacionais



EBITDA

EBITDA e Margem EBITDA (R\$ Milhões)	Consolidado 2021
EBIT	(42,8)
(+) Depreciação & Amortização	125,6
EBITDA	82,8
Receita líquida	699,3
Margem EBITDA (%) ajustada	11,8%

¹ A Companhia registrou um EBITDA de R\$ 82,8 milhões em 2021.

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	Consolidado 2021	Controladora 2021
Recargas financeiras	15,1	–
Despesas financeiras	(338,9)	(0,1)
Resultado financeiro	(323,8)	(0,1)

O Resultado Financeiro Líquido teve como maiores impactos em 2021 os juros e variação monetária incorridos (87% do saldo) com a emissão de 1.200.000 debêntures não conversíveis em ações pelo MetrôRio. A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,0857% ano.

Resultado Financeiro (R\$ Milhões)

Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	Consolidado 2021	Controladora 2021
Resultado Financeiro Líquido	(323,8)	(0,1)
Recargas financeiras	15,1	–
Juros	7,9	–
Variação monetária e cambial	7,2	–
Despesas financeiras	(338,9)	(0,1)
Juros	(179,4)	–
Variação monetária e cambial	(118,7)	–
Comissões e despesas bancárias	(17,9)	–
Outros	(22,9)	(0,1)

Endividamento

Disponibilidade e Endividamento (R\$ Milhões)

Disponibilidade e Endividamento (R\$ Milhões)	Consolidado 2021
Dívida bruta	2.134,3
Curto prazo	62,8
Longo prazo	2.071,5
Disponibilidades	48,0
Caixa e equivalentes de caixa	47,5
Aplicações financeiras	1,0
Dívida líquida	2.182,3

As dívidas são compostas por debêntures emitidas pelo MetrôRio (montante em aberto de R\$ 1,3 MM) e Metrobarra (montante em aberto de R\$ 0,8 MM). Para 2021 o fator relevante ocorrido foi a emissão de 1.200.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, com valor nominal unitário de R\$ 1 perfazendo o montante de R\$ 1,2 MM pelo MetrôRio. Em 15 de janeiro de 2021, o MetrôRio emitiu as debêntures e em 10 de fevereiro de 2021 captou os recursos em seu montante integral. As debêntures possuem vigência de 10 (dez) anos e 11 (onze) meses contados da data de emissão, com vencimento em 15 de dezembro de 2031. O saldo do valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em 17 (dezessete) parcelas semestrais, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, com primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2023. A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,0857% ano. Os recursos desta emissão foram destinados ao pré-pagamento de todas as atuais dívidas do MetrôRio, reembolso de gastos e despesas.

HMOBI Participações S.A. - HMOBI

CNPJ 40.159.947/0001-64

Balanço Patrimonial	Consolidado		Controladora	
	2021	2021	2021	2020
Passivo (R\$ Milhões)				
Passivo Circulante				
Fornecedores	107,1	-	-	-
Debêntures	62,8	-	-	-
Impostos a recolher	7,0	-	-	-
Obrig. com empreg. e adm.	37,7	-	-	-
Adiantamentos de clientes	24,5	-	-	-
Partes relacionadas	-	0,1	0,1	0,1
Total do Circulante	239,1	0,1	0,1	0,1
Passivo Não Circulante				
Debêntures	2.071,5	-	-	-
Impostos a recolher	5,7	-	-	-
Concess. de serviço público	19,6	-	-	-
Prov. Obrigações legais vinculadas a processos	79,2	-	-	-
Total do Passivo	2.421,2	0,1	0,1	0,1

Balanço Patrimonial	Consolidado		Controladora	
	2021	2021	2021	2020
Passivo (R\$ Milhões)				
Receita diferida	2,0	-	-	-
Outros	4,1	-	-	-
Total do Não Circulante	2.182,1	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	2.421,2	0,1	0,1	0,1
Patrimônio Líquido				
Capital Social	1.100,6	1.100,6	0,3	0,3
Reserva Legal	3,7	-	-	-
Resultado acumulado exercícios anteriores	-	75,8	(0,1)	(0,1)
Reserva de retenção de lucros	36,1	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	36,1	-	-	-
Reserva de capital	733,5	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	1.910,0	1.909,9	0,2	0,2
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.331,2	1.910,0	0,3	0,3

Balanços Patrimoniais em 31/12/2021 e de 2020 (Em milhares de reais)				
	Nota	Controladora		Consolidado
		2021	2020	2021
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	3	250	47.503
Contas a receber	5	-	-	37.908
Estoques	6	-	-	74.634
Tributos a recuperar	7(a)	-	-	8.582
Adiantamentos	-	-	-	13.702
Outros	-	-	-	714
Total do ativo circulante	3	250	183.043	
Não circulante				
Aplicações financeiras	4	-	-	1.036
Contas a receber	5	-	-	10.056
Tributos a recuperar	7(a)	-	-	984
Impostos diferidos	7(b)	-	-	316.643
Adiantamento para CRB	-	-	-	53.565
Depósitos judiciais	16	-	-	36.483
Total do ativo não circulante	10	1.910.003	-	418.767
Investimento	11	-	-	826.510
Imobilizado	12	-	-	2.902.941
Intangível	12	-	-	2.902.941
Total do ativo	19.100.006	250	4.331.261	

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado
		2021	2020	2021
Circulante				
Fornecedores	13	-	76	107.149
Debêntures	14	-	-	62.820
Tributos a recolher	7(c)	-	-	6.983
Obrigações com empregados e administradores	9	-	-	37.642
Adiantamentos de clientes	-	-	-	24.408
Partes relacionadas	8	20	5	-
Outros	-	-	-	184
Total do passivo circulante	20	81	239.186	
Não circulante				
Debêntures	14	-	-	2.071.507
Tributos a recolher	7(c)	-	-	5.752
Concessão de serviço público	15	-	-	19.533
Provisão para riscos processuais	16	-	-	79.187
Receita diferida	-	-	-	1.966
Outros	-	-	-	4.144
Total do passivo não circulante	17(a)	1.100.578	250	1.100.578
Patrimônio Líquido				
Capital social	17(a)	1.100.578	250	1.100.578
Reserva de capital	-	733.552	-	733.552
Reserva de retenção de lucros	-	36.032	-	36.032
Reserva legal	-	3.793	-	3.793
Dividendos mínimos obrigatórios	-	36.032	-	36.032
Prejuízos acumulados	-	-	(81)	-
Patrimônio líquido	1.909.986	169	1.909.986	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.910.006	250	4.331.261	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às informações contábeis referente ao findo em 31/12/2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma).

1. Informações gerais: HMOBI Participações S.A. ("HMOBI" ou "Companhia"), cuja sede está localizada na Av. Presidente Vargas 2000, Centro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil foi fundada em 8 de dezembro de 2020, e tem como objeto social investimentos em projetos no setor de infraestrutura, incluindo a exploração, operação e administração de rodovias, vias urbanas, estradas, sistemas metroviários, barcas, entre outros modais de transportes de pessoas e cargas, no meio da participação em outras sociedades, como quotista ou acionista, no país ou no exterior e o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social da Companhia. A Companhia, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, encontra-se devidamente registrada na Junta Comercial do Rio de Janeiro e é regida por seu Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis, sendo seu prazo de duração indeterminado. A HMOBI foi constituída no âmbito do Acordo de Reestruturação da Dívida firmado por acionistas e credores da Invepar e que vislumbra a possibilidade de participação desses credores em uma ou mais empresas da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar. A HMOBI seria, portanto, a empresa veiculado deste Acordo, em estrutura societária a ser desenvolvida e que está sujeita a uma série de condições precedentes, incluindo decisões judiciais, aprovações regulatórias, de credores dentre outras aprovações e condições. Em 07 de abril de 2021, foi deferido o registro de emissor de que trata a Instrução CVM nº 480/09, na categoria "A" para a HMOBI. A partir desta data, a Companhia deve, obrigatoriamente, proceder ao envio das informações periódicas e eventuais pelo Sistema Empresas.NET, nos termos dos artigos 21 e 30 da Instrução CVM nº 480/09. E em 23 de agosto de 2021, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") deferiu seus pedidos de listagem e admissão à negociação de ações ordinárias de emissão da Companhia no segmento Básico da B3. A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 46.830 e prejuízo na ordem de R\$ 244.277. A Companhia era controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar, que detinha a totalidade do capital, porém em 28 de setembro de 2020, após as aprovações em Assembleias Gerais de Acionistas e de Debenturistas, foi assinado um Acordo de Reestruturação que prevê a redução significativa da dívida da Invepar envolvendo a sua troca por participações em empresas do Grupo. Em 8 de novembro de 2021 foram concluídas as seguintes e principais etapas previstas no Acordo de Reestruturação assinado em 28 de setembro de 2020, com objetivo da redução significativa da dívida da Invepar com envolvimento da troca de participações em empresas do Grupo. I - Transferência da totalidade das ações de 12.500 (doze mil e quinhentas) ações preferenciais e 237.500 (duzentos e trinta e sete mil e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de emissão da HMOBI, representativas de 100% do seu capital social em contraprestação ao resgate, pela Invepar, de 3 debêntures detidas pelo Mubadala Capital IAV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia FIP ("IAV FIP"); II - Aumento do capital da HMOBI mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas por: IAV FIP, Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF ("Funcef"), Fundação Petróbras de Seguridade Social - PETROS ("Petros"), Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI ("PREVI"). O aporte ocorreu com o aumento do capital social da HMOBI em valor total de R\$ 1.100.928 e destinação de R\$ 733.552 para formação da reserva de capital, mediante emissão de 1.833.880.255 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; III - Transferência para HMOBI das Ações do Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. MetrôRio e do MetroBarra S.A. MetroBarra em contrapartida à entrega em dação em pagamento, da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 100% do capital social total, do MetrôRio, pelo valor total de R\$ 1.595.863.778,22 e de 100% do capital social total, do MetroBarra, pelo valor total de R\$ 238.016.476,78. Em decorrência da conclusão das etapas da operação acima descritas: o IAV FIP passou a ser acionista controlador da HMOBI, detentor de 945.021.199 ações ordinárias, representativas de 51,5% do capital social da HMOBI; e a HMOBI passou a ser a única acionista detentora da totalidade do capital social da MetrôRio e MetroBarra. A HMOBI e o conjunto de empresas controladas são denominados "Grupo HMOBI" ou "Grupo". Em 18 de junho de 2013, o MetroBarra e a CRB, sua única cliente, firmaram um contrato para a locação do material rodante, sistemas de sinalização e telecomunicações, embarcados de bordo, gerenciamento e pré-operação ("Material Rodante e Sistemas"), de acordo com os termos, condições e especificações previstas no Contrato de Concessão da Linha 4. As demonstrações contábeis das controladas foram contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial (Nota explicativa nº 10 - Investimentos). Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas. **Impactos do COVID-19.** Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Os resultados da Companhia foram duramente afetados. Com o avanço da vacinação e redução dos casos, o Governo iniciou o processo de flexibilização e consequentemente a retomada gradual e controlada das atividades. A Companhia acredita que os piores impactos sofridos pela pandemia já foram superados, porém ainda existe incerteza quanto a duração da pandemia, e por isso algumas medidas de monitoramento instituídas, tais como desde o início da pandemia estão mantidas. Dentre tais medidas mantidas, temos: • Um Comitê de Gestão de Crises, formado pela Direto-

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reserva de capital	Dividendos obrigatórios	Reserva de retenção de lucros	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	250	-	-	-	-	(81)	169
Aumento de capital	1.100.328	733.552	-	-	-	-	1.833.880
Reserva legal	-	-	-	-	3.793	(3.793)	-
Reserva de lucro	-	-	-	36.032	-	(36.032)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	36.032	-	-	(36.032)	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	75.937	75.937
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.100.578	733.552	36.032	36.032	3.793	-	1.909.986

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2021	2020	2021
Receita operacional líquida	18	-	-	699.376
Custo dos serviços prestados	18	-	-	(472.176)
Lucro bruto		-	-	227.200
Receitas/Despesas operacionais				
Equivalência patrimonial	18	76.123	-	-
Gerais e administrativas	18	(114)	(81)	(272.739)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	-	-	2.747
Resultado operacional		76.009	(81)	(42.792)
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	19	-	-	15.163
Despesas financeiras	19	(72)	-	(338.926)
Total		75.937	-	(323.763)
Prejuízo/Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		75.937	-	(366.555)
Imposto de renda e contribuição social	7(d)	-	-	122.278
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	122.278
(Prejuízo)/ lucro do exercício/ período		75.937	(81)	(244.277)
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações (Em reais)	20	(0,00004)	(0,3226)	(0,00013)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2021	2020	2021
(Prejuízo)/ lucro do exercício	-	75.937	(81)	(244.277)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do período		75.937	(81)	(244.277)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ria, que acompanha semanalmente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira da Companhia; e • Renegociação e postergação de pagamento de dívida, gerando fôlego adicional ao caixa. Em 17 de dezembro de 2021, a AGETRANSP, através da Deliberação nº 1.812, reconheceu a responsabilidade do Poder Concedente em promover o ressarcimento emergencial à Companhia referente a parcela de break even operacional relativa ao período de março a dezembro de 2020, no valor de R\$ 286.068, conforme solicitação formalizada pela Companhia em 20/09/2020, para ressarcimento dos prejuízos suportados pela Companhia no âmbito da concessão, em razão da decretação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Apesar do reconhecimento da responsabilidade do Poder Concedente sobre o valor de ressarcimento, o montante não foi reconhecido nas demonstrações financeiras pois ainda não há previsão da forma de ressarcimento. Cabe mencionar, que a deliberação é uma decisão no âmbito administrativo, e além do reconhecimento do ressarcimento do valor acima, recomendou também ao Poder Concedente a adoção de ações objetivas para o ressarcimento emergencial e a repactuação do Contrato de Concessão frente às exigências impostas pela pandemia. **2. Principais políticas contábeis:** 2.1. Aprovação das demonstrações contábeis. O encerramento das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foi autorizado pela Administração da Companhia em 18 de março de 2022, que compreendem: a) Demonstrações contábeis individuais. As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). b) Demonstrações contábeis consolidadas. As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB. As demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCP07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. 2.2. Novos pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2021. As seguintes normas foram alteradas, em 2021: • Alterações ao IAS 1 - classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8 - definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - divulgação de políticas contábeis; Nenhuma das alterações acima indicadas teve impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. 2.3. Base de elaboração. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. 2.4. Bases de consolidação. As demonstrações contábeis consolidadas incluem a HMOBI e suas controladas. As participações da HMOBI são:

	2021	
	Ordinárias	Preferencias
Metrôrio	100%	-
MetroBarra	100%	-

Controladas. Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas contábeis e operacionais, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. As controladas foram consolidadas somando-se integralmente as contas de ativo, passivo e resultado, destacando-se a participação dos acionistas não controladores, quando aplicável. A consolidação é feita a partir da data de aquisição de cada controlada e tem como principais procedimentos: (i) a eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas; e (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas. 2.5. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12). A Companhia contabiliza o contrato de concessão da empresa controlada MetrôRio, conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. O ativo intangível deve ser amortizado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que se deu em função da curva de demanda, conforme prevista na orientação OCP05. 2.6. Reconhecimento de receita. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável: (a) Receitas de serviços. As receitas provenientes com passagem e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - "Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15)". A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. (b) Receita de juros. A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2021	2020	2021
Receitas				
Prestação de serviços	18	-	-	648.708
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(806)
Baixas dos recebíveis	-	-	-	(107.594)
Outras receitas	-	-	-	18.362
Insumos adquiridos de terceiros		(114)	(81)	(299.435)
Custos das mercadorias e serviços vendidos	-	-	-	(139)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(114)	(81)	(295.399)
Outros custos	-	-	-	(3.897)
Valor adicionado bruto		(114)	(81)	

continuação

tem a amortização dos ativos intangíveis reconhecidas no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As demais por vida útil definida e são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação, estocadas no almoxarifado que são avaliadas ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais. 2.13. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutáveis, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. 2.14. Outros ativos e passivos. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. 2.15. Tributação. As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Receitas		
		tarifárias	acessórias	financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,6%	4,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS. A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda-calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados a mesma autoridade tributária. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. 2.16. Benefícios aos empregados. A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência. a) Planos de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. b) Benefícios de curto prazo a empregados. Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado. c) Planos de benefício definido. Plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida. A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-aposentadoria da Companhia representa o valor presente das obrigações, excluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidas. O custo de proporcionar benefícios pós-aposentadoria é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do empregado. O CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (IAS 19) dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos. O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá ser revertido em benefício econômico para o patrocinador, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro. A controlada MetrôRio mantém um Plano de Benefício Definido, atualmente com 172 participantes. 2.17. Ajuste a valor presente de ativos e passivos. Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados como intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. 2.18. Instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e concessão de serviço público. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao: • Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. • Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. 2.19. Custos de empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição ou construção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. 2.20. Resultado por ação. O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo período. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em suas respectivas ações. 2.21. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia e suas controladas devem fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experi-

HMOBI Participações S.A. - HMOBI

CNPJ 40.159.947/0001-64

ência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. a) Julgamentos. A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. b) Estimativas e premissas. *Principais fontes de incertezas nas estimativas.* As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento, que tem como base as projeções até o término do prazo de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. *Impostos.* Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.* A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Valor justo de instrumentos financeiros.* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. *Participação nos lucros e resultado (“PLR”).* A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. *Depreciação e amortização.* As Controladas cobertas pelo IFRIC12, as depreciações são calculadas pelo método linear que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. As demais empresas registram ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método de curva da demanda. As Controladas cobertas pelo IFRIC12 tem a amortização dos ativos intangíveis reconhecidas no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão. As demais por vida útil definida e são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável. 2.22. Combinações de negócios. Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverá ser reconhecido na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio. Inicialmente, o ativo é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ativo é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ativo adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades. Quando um ativo fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ativo associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ativo alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. A regra contábil permite que a Companhia estabeleça a alocação dos ativos no prazo de 365 dias após a operação, que ocorreu em 08 de novembro de 2021. E para isso, contrataremos uma empresa especializada para avaliação e emissão de laudo de avaliação para devida alocação do ativo gerado na operação no montante de R\$ 812.630, conforme nota explicativa 10. 2.23. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado. As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **3. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Caixa e bancos	3	250	17.771
Aplicações financeiras (*)	-	-	29.732
Total de caixa e equivalentes de caixa	3	250	47.503

(*) A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB - Certificado de Depósito Bancário Pós-fixado), com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações são em média 95,00 % do CDI. **4. Aplicações financeiras**

	Consolidado		2021
	Taxa	Indexador	
Certificados de Depósito Bancário - CDB (a)	95,58%	DI	1.036

(a) As aplicações financeiras de longo prazo somam R\$ 1.036 (R\$ 7.240 em 31 de dezembro de 2020) e estão vinculadas a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão. **5. Contas a receber - Consolidado - 5.1 - Contas a receber, líquidas**

	Consolidado		2021
	Taxa	Indexador	
Receíveis			277.272
Locação de trens (e)			29.325
Receíveis do GERJ (d)			16.497
Receíveis do GERJ (c)			9.580
Vendas de passagens (a)			8.249
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)			3.745
Outros			344.668
Total dos recebíveis			688.668
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (e)			(252.603)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (d)			(29.325)
Perdas de créditos esperadas - Governo do Rio de Janeiro (c)			(9.550)
Perdas de créditos esperadas - Locação de espaço físico			(5.226)
Total das perdas			(296.704)
Total do Contas a Receber, líquidas			479.644
Circulante			37.908
Não Circulante			10.056

Os valores relativos a créditos a receber são: (a) Receita de passagens a receber da Fetransp, integrações, Jogos Olímpicos e Paralímpicos; (b) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios); (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, Jornada Mundial da Juventude (JMJ), Copa das Confederações e Copa do Mundo. As gratuidades estudantis vêm sendo recebidas parcialmente. No entanto, todos os valores em aberto encontram-se em negociação com o Estado, via Revisão Quinquenal (prevista no contrato de concessão), ou por vias administrativas. Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Art. 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção

concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$ 1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento, notadamente no que se refere ao ressarcimento do vale social; (d) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes aos processos ET- Pós, conforme exigência 6º termo aditivo da Concessão; e (e) De acordo com o Contrato de Locação de Material Rodante e Sistemas Operacionais para o Transporte Metroviário de Passageiros da Linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro (“Contrato de Locação”), o pagamento do preço da locação fica condicionado a uma parcela do Fluxo de Caixa Livre da CRB, que tem sistemática definida no contrato. Nos meses em que o Fluxo de Caixa Livre é insuficiente para cobrir a totalidade do valor do aluguel, o valor remanescente é reconhecido como quitado. Como previsto no contrato, a Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, reconheceu o montante de R\$ 107.594 como quitado devido a insuficiência de caixa livre da CRB. **5.2 - Aging do contas a receber**

	2021	
	Contas a receber	PECLD
A Vencer	25.800	-
Vencidos		
Até 3 meses	28.464	(4)
De 3 a 6 meses	3.779	(9)
Acima de 6 meses	286.624	(296.691)
Total	344.667	(296.704)

5.3 - Movimentação das perdas de créditos esperadas. Movimentação do saldo de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa:

	2021
Saldo no início do exercício	(295.898)
Adições	(65.124)
Reversões/Baixa	64.318
Saldo no fim do exercício	(296.704)

6. Estoques

Consolidado	
	2021
Materiais auxiliares, de manutenção e conservação	73.904
Importação em andamento	730
Total	74.634

7. Impostos, taxas e contribuições: a) Tributos a recuperar

Consolidado	
	2021
Antecipação de Imposto de renda e Contribuição social (a)	5.046
Saldo negativo de Imposto de renda e Contribuição social (b)	4.303
Outros	217
Total	9.566
Circulante	8.582
Não circulante	984

(a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras. (b) Saldo negativo de IRPJ e CSLL de anos anteriores. **(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos.** Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados abaixo:

Consolidado	
	2021
Total	1.904
Circulante	322.947
Não circulante	(6.303)
Total	316.643

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos. Os créditos tributários diferidos foram constituídos no presuosto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados, conforme demonstrado a seguir:

	2021	
	Passivo	Resultado
Prejuízo fiscal	198.266	
Base negativa da contribuição social	71.607	
Provisão para riscos processuais	23.526	
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	14.994	
Provisões não dedutíveis	5.539	
Amortização do ágio abr a nov/09	4.223	
Participação nos lucros e resultado (PLR)	2.887	
Outros	1.904	
Total do ativo fiscal diferido	322.946	
Reembolso de gratuidade	(1.660)	
Amortização do direito de concessão	(4.643)	
Total do passivo fiscal diferido	(6.303)	
Total	316.643	

Anos

	2021
2022	3.700
2023	-
2024	6.855
2025	16.807
2026 a 2030	295.585
Total dos ativos fiscais diferidos	322.947
Total dos passivos fiscais diferidos	(6.303)
Total dos impostos diferidos	316.643

(c) Tributos a recolher

Consolidado	
	2021
Tributos em parcelamento (*)	7.092
PIS e COFINS	2.099
ISS	1.050
Taxa Agetransp	617
IRRF e CSRF	436
INSS sobre terceiros	311
INSS CPRB	247
Outros	883
Circulante	12.735
Circulante	6.983
Não circulante	5.752

8. Partes relacionadas: As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. **Composição: Controladora**

Parte relacionada	Transação	Relação	2021	
			Passivo	Resultado
METRORIO	Conta corrente (b)	Controladora	20	20
Total			20	20

Parte relacionada	Transação	Relação	2020	
			Passivo	Resultado
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (a)	Controladora	5	20
Total			5	20

(a) Serviços compartilhados: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. (b) Conta corrente gerado em decorrência de liquidações de passivos em nome da entidade ou pela entidade em nome da parte relacionada. **9. Obrigação com empregados e administradores:** A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, assistência médica e dentária, como demonstrado no quadro a seguir:

Consolidado	
	2021
Férias e encargos de férias	15.213
Participação nos lucros	10.646
INSS a recolher	3.117
IRRF s/ salários	1.670
FGTS a recolher	1.164
Previdência complementar a pagar	785
13º Salário encargos sociais	-
Outros	5.046
Total	37.641

Remuneração dos Administradores

Consolidado	
	2021
Pró-labore	2.128
Bônus	1.389
Encargos	538
Benefício pós-emprego	122
Outros benefícios	241
Total	4.418

Controladora: Em 28 de abril de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral de Constituição o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 89.144 para exercício de 2021. Considerando a estrutura e modelo de atuação da Companhia, não há previsão para pagamento da remuneração referente a este exercício.

MetRóRio: Em 30 de abril de 2021 foi

HMOBI Participações S.A. - HMOBI

CNPJ 40.159.947/0001-64

continuação

10 Investimento: As participações em controladas, são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais das respectivas investidas na data-base:

Investida	Participação da Hmobi %	Quantidade de ações em 2021		Equivalência patrimonial	Saldo em 2021
		Ordinárias	Investimentos		
Controladas					
METRORIO	100,00	1.613.694.012	990.628	788.264	21.571
METROBARRA	100,00	3.100.260.815	30.622	24.366	54.552
			1.021.250	812.630	76.123
					1.910.003

Conforme contexto operacional (Nota explicativa 1), a constituição da Hmobi, se fez através de instrumento de reestruturação de dívida do acionista anterior, onde a liquidação da dívida se deu através da transferência integral das ações das Companhias Metrorio e Metrobarra. Segundo laudo de avaliação gerado para fins de validação da operação, o valor de face das Companhias adquiridas, excedia em R\$ 788.624 o valor do Metrorio e R\$ 24.366 o valor do Metrobarra, gerando um ágio no montante de R\$ 812.630 na aquisição dos investimentos. **11 Imobilizado - Consolidado**

	Taxas anuais de depreciação %				
	2020	Adições	Baixas	Transferências (*)	2021
Custo					
Máquinas e equipamentos	13	850.585	876	(173)	464
Móveis e utensílios	10	16.467	40	(179)	241
Benefitória em instalação de terceiros	10	283.990	—	—	8.951
Veículos	20	973	—	(156)	—
Equipamentos de informática	20	63.157	68	(225)	738
Imobilizado em andamento		17.531	4.577	—	(9.192)
		1.232.703	5.561	(733)	1.202
					1.238.733
Depreciação acumulada					
Máquinas e equipamentos		(234.180)	(34.225)	150	11
Móveis e utensílios		(8.980)	(1.342)	128	—
Benefitória em instalação de terceiros		(78.070)	(13.644)	—	—
Veículos		(568)	(88)	156	—
Equipamentos de informática		(36.002)	(5.790)	221	—
		(357.800)	(55.089)	655	11
		874.903	(49.528)	(78)	1.213
					826.510

(*) Transferência entre o intangível e o imobilizado para melhor classificação. **Redução do valor recuperável de ativos:** De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, porém para o exercício social de 2021, devido ao processo de reestruturação societária, a avaliação foi realizada por uma empresa especialista e independente, e concluiu-se que os custos registrados são consideravelmente inferiores ao valor de recuperação. A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia até o fim da concessão; (ii) projeção de demanda considerando os impactos da pandemia do COVID-19 (iii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (iv) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital - WACC) para descontar o fluxo operacional da concessionária. As principais premissas utilizadas para descontar as projeções de fluxo de caixa e determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSLL de 12,27% a.a.; taxa média de inflação (IPCA) de 6,09% para 2021 e de 3,00% para o longo prazo. **12 Intangível - Consolidado**

	Transfe-rências (*)				
	2020	Adições	Baixas	2021	2021
Custo					
Software	46.453	4.474	(2)	121	51.046
Direito de concessão (a)	1.668.009	—	(3)	(1.323)	1.666.683
Investimento na concessão (b)	1.775.896	71.494	(292)	19.133	1.866.686
Ágio (goodwill) (**)	—	812.630	—	—	812.630
Intangível em andamento	75.575	54.551	(29.391)	(19.133)	81.602
	3.565.933	943.149	(29.688)	(1.202)	4.478.647
Amortização acumulada					
Software	(31.120)	(1.711)	2	—	(32.829)
Direito de concessão	(752.362)	(34.124)	1	(11)	(786.496)
Investimento na concessão	(721.711)	(34.710)	40	—	(756.381)
	(1.505.193)	(70.545)	43	(11)	(1.575.706)
Intangível líquido	2.060.740	872.604	(29.645)	(1.213)	2.902.941

(*) Transferência entre o intangível e o imobilizado para melhor classificação. (**) Ágio gerado na aquisição das controladas MetrRio (R\$ 788.264) e MetroBarra (R\$ 24.366), reconhecido no Intangível conforme ICPC09. **(a) Investimento na concessão:** São investimentos realizados durante todo o prazo de concessão no material rodante, vias e toda a infraestrutura necessária para adequação, continuidade e melhorias na operação das Linhas 1 e 2. **(b) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018):** Direito de concessão referente à Outorga Principal R\$ 230.370 e Outorga Suplementar R\$ 162.940 (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018) conforme os termos da alínea "b", Parágrafo 1º da Cláusula 9º do Aditivo. **(c) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038):** Conforme detalhado na Nota explicativa 13, através de Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutive, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação

Segue abaixo a movimentação dos empréstimos e debêntures:

	Adições		Amortização		Custo de captação	Aplic. vinculada	2021
	Custo	Captação	Juros monetária	Principal			
Passivo circulante							
Debênture 2	—	1.200.000	81.975	112.584	—	—	1.394.559
Debênture 3	870.077	—	82.117	—	(30.218)	(34.717)	887.259
Custos de captação	(1.397)	—	—	—	—	(81.277)	(82.674)
Aplicação vinculada (**)	(54.483)	—	—	—	—	(10.334)	(64.817)
Subtotal	814.197	1.200.000	164.092	112.584	(30.218)	(34.717)	(81.277)
							(10.334)
							2.134.327

(*) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. (**) Valores brutos, sem impacto das aplicações vinculadas, cabe salientar que o impacto em questão refere-se somente ao exercício de 2020. Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por ano de vencimento:

Ano	2021
2022	62.820
2023	309.177
2024	310.641
2025	313.057
2026	386.698
2027 em diante	899.425
	2.281.818

Debêntures: MetrRio: Em 31 de julho de 2012, foram subscritas 154.170 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirográfrica, com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 154.170. O Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de debêntures foi firmado com base nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia datadas de 24 de abril de 2012 e 27 de julho de 2012, as quais deliberaram as condições da Emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão foram para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos projetos da Companhia. As debêntures fazem jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias ("Remuneração"). A Remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplimento, conforme o caso). Em 31 de agosto de 2012, foi repassado pela Linha Amarela S.A. à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o montante atualizado de R\$ 155.475. O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive. Cabe mencionar que houve liquidação antecipada integral do valor remanescente em agosto de 2021. Em 15 de janeiro de 2021, o MetrRio emitiu 1.200.000 debêntures não conversíveis em ações, de espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, com valor nominal unitário de R\$ 1 perfazendo o montante de R\$ 1.200.000. A captação dos recursos ocorreu em 10 de fevereiro de 2021 em seu montante integral. As debêntures terão prazo de vigência de 10 (dez) anos e 11 (onze) meses contados da data de emissão, vencendo-se portanto em 15 de dezembro de 2031. O saldo do valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em 17 (dezesete) parcelas semestrais, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, com primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2023. A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,0857% ano. Os recursos desta emissão foram destinados ao pré-pagamento de todas as atuais dívidas do MetrRio, reembolso de gastos e despesas. **Avaliação de Rating:** Em 12 de fevereiro de 2021, a Fitch Ratings atribuiu, o Rating Nacional de Longo Prazo AA-(bra) (AA menos (bra)) à 9ª emissão de debêntures da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (MetrRio) em série única, no montante total de BRL1,2 bilhão. A Perspectiva do rating é Estável. **MetroBarra:** Em 20 de novembro de 2015, a Companhia aprovou a terceira emissão de debêntures privadas, com esforços restritos no valor de R\$ 932.861. Tais debêntures não são conversíveis em ações e não possuem cláusula de repactuação. As debêntures são remuneradas a 100% da TR + spread, e tem vencimento em 15 anos a partir da data da emissão e são garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia. Em 12 de maio de 2016,

da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo Intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão). **(d) Concessão decorrente de aquisição de controle:** Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetrRio em março de 2009. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos. **(e) Prazo de amortização:** A amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **Redução do valor recuperável de ativos:** De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos para o exercício de 2021 concluiu-se que os custos registrados são consideravelmente inferiores ao valor de recuperação. A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia até o fim da concessão; (ii) projeção de demanda considerando os impactos da pandemia do COVID-19 (iii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (iv) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital - WACC) para descontar o fluxo operacional da concessionária. As principais premissas utilizadas para descontar as projeções de fluxo de caixa e determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSLL de 13,97% a.a.; taxa média de inflação (IPCA) de 6,09% para 2021 e de 3,00% para o longo prazo. **13 Fornecedores**

	Controladora			Controladora			Consolidado		
	2021	2020	2021	2021	2020	2021	2021	2020	2021
Fornecedores nacionais	—	76	—	—	76	—	—	76	104.684
Fornecedores internacionais	—	—	—	—	—	—	—	—	2.465
Total	—	76	—	—	76	—	—	76	107.149

14 Debêntures - Consolidado: Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures estava composto da seguinte forma:

Objeto	Inde-xador	Juros anuais	Venci-mento	Circu-lante	2021		Total
					Circu-lante	Não circulante	
Debêntures							
Debênture 2	IPCA	7,08%	15/12/2031	—	1.394.559	1.394.559	
Debênture 3	TR	9,19%	20/12/2029	62.820	824.439	887.259	
Custo de captação				—	(82.674)	(82.674)	
Aplicação financeira vinculada (*)				—	(64.817)	(64.817)	
Total				62.820	2.071.507	2.134.327	

(*) As aplicações financeiras no montante de R\$ 64.817 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 54.483 em 31 de dezembro de 2020), foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada nos termos da Escritura de Emissão da 3ª emissão de debêntures, que determinam que a Companhia deva constituir uma conta reserva até 1 (um) mês antes da data do primeiro pagamento de principal, juros e/ou eventuais acessórios, o que ocorrer primeiro, das Debêntures. Esta aplicação é um CDB e está indexada pelo CDI em 95% (93,42% em 31 de dezembro de 2020).

de ações, sem a anuência dos Debenturistas;; (ii) Realização de qualquer pagamento ou remuneração pela Emissora aos seus controladores, exceto o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, se inadimplente com quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e (iii) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM. **Rebaixamento da classificação de risco da Companhia:** Em 11 de fevereiro de 2019 a agência S&P Global Ratings revisou o rating do MetrRio, passando de 'brA' para 'brBB-' em Escala Nacional Brasil. Em 29 de agosto de 2019, foi deliberado em AGD o não vencimento antecipado das debêntures, através da renúncia temporária da cláusula de rebaixamento de rating até 10 de julho de 2020, com pagamento de "waiver fee" e sem repactuação de taxas. Com o vencimento do waiver em 10 de julho de 2020, houve nova AGD em 18 de setembro de 2020 na qual foi deliberada a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures decorrente do rating da Emissão na escala nacional permanecer inferior à nota mínima 'BBB-' prevista na Escritura de Emissão. Foi aprovada a renúncia temporária da cláusula de rating mínimo pelo prazo de 12 (doze) meses contados de 10 de julho de 2020, com pagamento de "waiver fee" e sem repactuação de taxas. Com o vencimento do waiver em 10 de julho de 2021, houve nova AGD em 4 de novembro de 2021 na qual foi deliberada a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures decorrente do rating da Emissão na escala nacional permanecer inferior à nota mínima 'BBB-' prevista na Escritura de Emissão. Foi aprovada a renúncia temporária da cláusula de rating mínimo pelo prazo de 12 (doze) meses contados de 10 de julho de 2021. O rating atual emitido pela agência S&P Global Ratings é "brCC-" na Escala Nacional Brasil. Essa classificação não gera impacto na emissão de debêntures, dada a aprovação mencionada anteriormente. **15. Concessão de serviço público**

	Consolidado	2021
Não circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2038) (a)		19.533
		19.533

(a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2038). O montante de R\$ 19.533 (R\$ 17.219 em 31 de dezembro de 2020) registrado no passivo não circulante referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2016, o MetrRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 2ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ. Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de outorga suplementar registrada no passivo não circulante. **Bens reversíveis:** Conforme os termos do parágrafo 1º da cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os bens reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998, para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-MetrRio e do Contrato, foram recebidos a título gratuito. A Companhia recebeu em transferência em 5 de abril de 1998 o montante de R\$ 6.093.927 de bens reversíveis. **16 Provisões para riscos processuais:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Companhia, na opinião de seus consultores jurídicos realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Consolidado	2021
Natureza do risco		
Trabalhistas (a)		41.741
Tributários (b)		23.465
Cíveis (c)		3.911
Outros		10.070
Total		79.187

Composição das provisões:

Natureza do risco	Principal	Consti-tuição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	2021
Trabalhistas	13.493	30.457	(3.148)	939	41.741
Tributários	13.622	7.913	—	923	22.458
Cíveis	4.321	559	(592)	617	4.865
Outros	10.235	2	(235)	31	10.123
Total	41.721	38.931	(3.975)	2.510	79.187

(a) Riscos trabalhistas: A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. A alteração de prognóstico do processo 0001028-44.20115.01.0008 ocorrida em 2021 gerou adição nas causas trabalhistas, devido a ação plurima movida pelo Sindicato – SIMERJ relativo a discussão envolvendo acumulo de funções por agentes de segurança que estavam no quadro de funcionários da Companhia à época da extinção da função de oficial de estação, em 2003. Atualmente o processo encontra-se em fase recursal junto ao Tribunal Superior do Trabalho – TST, com valor atualizado no montante de R\$ 28.168. Em 31 de dezembro de 2021, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 97.831 (R\$ 113.355 em 31 de dezembro de 2020). **(b) Riscos tributários:** Considerando que propusemos ação judicial e em sede de liminar foi deferida a suspensão da exigibilidade do ICMS sobre as tarifas de conexão e uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), valor envolvido de R\$ 18.983 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 10.650 em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 52.783 (R\$ 36.652 em 31 de dezembro de 2020). **(c) Riscos cíveis:** A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário. Em 1º de abril de 2019, o Ministério Público protocolou Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, contra o consórcio vencedor da licitação da Linha 04 do sistema metroviário do Rio de Janeiro e outros 22 réus associados, dentre os quais METRORIO e METROBARRA. Dentre as alegações citadas pelo Ministério Público, é mencionada irregularidade da subconcessão da operação ao METRORIO e locação de material rodante da METROBARRA. Em janeiro de 2021, METRORIO e METROBARRA tomaram ciência da ação e se deram por citados. De forma tempestiva, protocolaram suas defesas com os seguintes fundamentos: (i) ilegitimidade passiva para figurarem na referida ação, (ii) ausência de quaisquer elementos concretos que as liguem aos escândalos de corrupção na obra do MetrRio. METRORIO informa que postulou em juízo em face do Estado do Rio de Janeiro e Concessionária Rio Barra (CRB) o pedido de nulidade dos aditivos ao contrato de concessão da Linha 4, justamente para obter o reconhecimento de que a atual Linha 4 é meramente prolongamento das Linhas 1 e 2, cuja exploração é direito do METRORIO. Quanto ao ato de improbidade, METRORIO entende que há prescrição, visto que o prazo de 5 anos, previsto no art. 23 da Lei de Improbidade Administrativa, chegou a termo em 2015, tendo em vista que a assinatura do contrato se deu em 25 de fevereiro de 2010. O valor atualizado do processo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 129.968. Em 31 de dezembro de 2021, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 58.105 (R\$ 35.550 em 31 de dezembro de 2020). **(d) Riscos regulatórios:** Em 18 de abril de 2018, a Companhia foi citada em um processo para acompanhamento de uma ação proposta pelo Estado do Rio de Janeiro, referente ao Processo de Revisão Quinquenal Ordinária do período de 2007/2012 provido pela AGETRANSF, que segundo o autor, teria gerado um crédito em favor do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 197.943. Em 2021 o processo foi extinto em função de um acordo firmado entre as partes, que resultou na celebração do 7º Termo Aditivo e a redução da tarifa, homologada em R\$ 6,30, para R\$ 5,80. Em 31 de dezembro de 2021, as perdas regulatórias possíveis estavam estimadas em R\$ 28.524 (R\$ 312.600 em 31 de dezembro de 2020).

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

	Consolidado	2021
Depósitos recursais		23.908
Depósitos judiciais - embargos de terceiros (a)		12.575
		36.483

(a) Depósitos judiciais

HMOBI Participações S.A. - HMOBI

CNPJ 40.159.947/0001-64

continuação

§1º, alínea "a", da Lei das Sociedades por Ações. **Reserva de retenção de lucro:** Conforme previsto no estatuto após apuração da reserva legal e destinação dos dividendos obrigatórios, fica sob gestão da Administração à destinação do excedente, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 o montante excedente de R\$ 36.032 foi destinado à Reserva de retenção de lucros. **Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP):** O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. O montante destinado foi de R\$ 36.032 em 31 de dezembro de 2021.

18. Receitas, custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	
Receita com passagens	-	-	456.360
Receita de locação	-	-	233.065
Receitas acessórias	-	-	49.323
Receita de equivalência patrimonial	76.123	-	-
Impostos, deduções e cancelamentos	-	-	(39.372)
Receitas líquidas	76.123	-	699.376

19. Custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	
Pessoal	-	-	(208.861)
Depreciação e amortização	-	-	(125.630)
Baixas no recebimento	-	-	(107.594)
Energia elétrica	-	-	(101.615)
Conservação e manutenção	-	-	(89.671)
Outras Despesas administrativas	(114)	(81)	(4.042)
Provisão para riscos processuais e obrigações decorrente da concessão	-	-	(35.674)
Aluguéis	-	-	(1.066)
Segurança Patrimonial	-	-	(1.900)
Comunicação, Marketing e Publicidade	-	-	(1.435)
Auditoria e Consultorias	-	-	(5.592)
Assessoria Jurídica	-	-	(5.419)
Água e esgoto	-	-	(1.686)
Telecomunicação fixa e móvel	-	-	(1.124)
Suporte e manutenção informática	-	-	(8.881)
Outros serviços – Terceiros PJ	-	-	(5.523)
Despesas legais e judiciais	-	-	(2.008)
Associações de classes	-	-	(1.154)
Outras despesas operacionais	-	-	(7.677)
Serviços de Pedágio e tráfego	-	-	(4.559)
Segurança Viária / Patrimonial	-	-	(2.562)
Seguros e Garantias	-	-	(10.862)
Terceirização de frotas	-	-	(4.775)
Outros serviços diretos	-	-	(2.648)
Água e esgoto	-	-	(2.151)
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(806)
Outras	-	-	2.747
	(114)	(81)	(742.168)
Custo de serviços prestados	-	-	(472.176)
Despesas gerais e administrativas	(114)	(81)	(272.739)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	-	2.747

20. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	
Receitas financeiras			
Juros sobre aplicações financeiras	-	-	7.910
Varição monetária ativa	-	-	6.529
Variações cambiais ativas	-	-	651
Juros ativos	-	-	73
Total receitas financeiras	-	-	15.163
Despesas financeiras			
Juros sobre debêntures	-	-	(175.487)
Varição monetária passiva	-	-	(118.280)
Comissões e despesas bancárias	(72)	(32)	(17.884)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(3.942)
Variações cambiais passivas	-	-	(415)
Outros	-	-	(22.918)
Total despesas financeiras	(72)	(32)	(338.926)
Total resultado financeiro, líquido	(72)	(32)	(323.763)

21. Resultado por ação:

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	2021	
	Ordinárias	
Numerador básico		
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários		(90.977)
Denominador básico		
Média ponderada das ações no período		1.834.130
Prejuízo básico e diluído por ação no período (R\$)		(0,00005)

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2021, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis: Aos Administradores e Acionistas da HMOBI Participações S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da HMOBI Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da HMOBI Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Principais assuntos de auditoria (PAA):** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. A seguir, descrevemos o principal assunto de auditoria: **Acordo de reestruturação: Descrição do PAA:** Conforme descrito na nota explicativa nº 1 a Companhia era controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar, que detinha a totalidade do capital, porém em 28 de setembro de 2020, após as aprovações em Assembleias Gerais de Acionistas e de Debenturistas, foi assinado um Acordo de Reestruturação que prevê a redução significativa da dívida da Invepar envolvendo a sua troca por participações em empresas do Grupo. Em 8 de novembro 2021 foram concluídas as principais etapas previstas no Acordo de Reestruturação assinado em 28 de setembro de 2020. Um dos eventos que ocorreu foi a transferência para Hmobi das ações da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio e do MetrôBarra S.A. em contrapartida à entrega em dação em pagamento, da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 100% do capital social total, do MetrôRio, pelo valor total de R\$ 1.595.863.778,22 e de 100% do capital social total, do MetrôBarra, pelo valor total de R\$ 238.016.476,78. Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores são relevantes no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) obtenção das atas de aprovação das assembleias; (ii) leitura e entendimento do acordo de reestruturação; e (iii) a obtenção de entendimento e análise dos lançamentos realizados na transação. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento dos ativos

transferidos em dação em pagamento, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria das cifras do ano anterior:** As demonstrações contábeis, mencionadas no primeiro parágrafo, incluem informações contábeis correspondentes: (i) ao resultado e resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, (ii) às mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado para o exercício findo naquela mesma data, obtidas das informações financeiras daquele exercício; e (iii) aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação. O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 19 de janeiro de 2021, sem ressalvas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre as informações financeiras referentes as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre eles tomados em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Compa-

nhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ■ identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ■ obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. ■ avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. ■ concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não se manter em continuidade operacional. ■ avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Rio de Janeiro, 18 de março de 2022. Mazars Auditores Independentes - CRC 2SP023701/O-8 "F" RJ; Cleber de Araujo - Contador CRC 1SP213655/O-8.

nhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ■ identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ■ obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. ■ avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. ■ concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não se manter em continuidade operacional. ■ avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Rio de Janeiro, 18 de março de 2022. Mazars Auditores Independentes - CRC 2SP023701/O-8 "F" RJ; Cleber de Araujo - Contador CRC 1SP213655/O-8.

nhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ■ identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ■ obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. ■ avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. ■ concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não se manter em continuidade operacional. ■ avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Rio de Janeiro, 18 de março de 2022. Mazars Auditores Independentes - CRC 2SP023701/O-8 "F" RJ; Cleber de Araujo - Contador CRC 1SP213655/O-8.

nhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ■ identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ■ obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. ■ avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. ■ concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não se manter em continuidade operacional. ■ avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Rio de Janeiro, 18 de março de 2022. Mazars Auditores Independentes - CRC 2SP023701/O-8 "F" RJ; Cleber de Araujo - Contador CRC 1SP213655/O-8.

nhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ■ identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ■ obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. ■ avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. ■ concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não se manter em continuidade operacional. ■ avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Rio de Janeiro, 18 de março de 2022. Mazars Auditores Independentes - CRC 2SP023701/O-8 "F" RJ; Cleber de Araujo - Contador CRC 1SP213655/O-8.

nhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ■ identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ■ obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. ■ avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. ■ concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não se manter em continuidade operacional. ■ avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Rio de Janeiro, 18 de março de 2022. Mazars Auditores Independentes - CRC 2SP023701/O-8 "F" RJ; Cleber de Araujo - Contador CRC 1SP213655/O-8.

nhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ■ identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ■ obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. ■ avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. ■ concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não se manter em continuidade operacional. ■ avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Rio de Janeiro, 18 de março de 2022. Mazars Auditores Independentes - CRC 2SP023701/O-8 "F" RJ; Cleber de Araujo - Contador CRC 1SP213655/O-8.

nhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ■ identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstr

METROBARRA S.A.

CNPJ 17.339.410/0001-64

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2021. Permanecemos à disposição de V.Sas para quaisquer esclarecimentos necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)			DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)						
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020		Nota	2021	2020	
ATIVO												
CIRCULANTE												
Caixa e equivalentes de caixa	3	496	1.964	Receita operacional líquida	12	211.506	201.643	Saldo em 1º de janeiro de 2020		404.633	(211.185)	193.448
Contas a receber	4	24.669	8.946	Custo dos serviços prestados	12	(24.064)	(67.805)	Prejuízo do exercício		—	(110.969)	(110.969)
Tributos a recuperar	5(a)	4.437	2.415	Lucro bruto		187.442	133.839	Saldos em 31 de dezembro de 2020		404.633	(322.154)	82.479
Adiantamentos		938	768	Receitas (Despesas) operacionais				Aumento de capital	11(a)	29.618	—	29.618
Outras contas a receber		678	762	Gerais e administrativas	12	(130.961)	(147.106)	Prejuízo do exercício		—	(26.924)	(26.924)
Total do ativo circulante		31.218	14.855	Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	12	—	1.294	Saldo em 31 de dezembro de 2021		434.251	(349.078)	85.173
NÃO CIRCULANTE				Resultado operacional		56.481	(11.972)	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5(b)	53.911	40.034	Resultado financeiro								
Adiantamentos para aquisição futura - CRB	18(b)	53.564	53.564	Receitas financeiras	13	3.079	4.677	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS				
Imobilizado	7	785.873	825.641	Despesas financeiras	13	(100.362)	(102.624)	FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020				
Intangível		4.213	3.949	Resultado financeiro líquido		(97.283)	(97.947)	(Em milhares de reais)				
Total do ativo não circulante		897.561	923.188	Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(40.802)	(109.920)					
TOTAL DO ATIVO		928.779	938.043	Imposto de renda e contribuição social		13.878	(1.049)	Fluxo de caixa das atividades operacionais				
				Corrente	5(d)	—	(1.662)	Resultado do período antes do imposto de renda e contribuição social				
				Diferidos	5(d)	13.878	613	Ajustes:				
				Prejuízo do exercício		(26.924)	(110.969)	Baixa de imobilizado	7	7	5.151	
				Quantidade média de ações ao final do exercício		3.100.261	1.395.224	Depreciação e amortização	12	45.368	87.652	
				Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)		14	(0,009)	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	12	—	117.843	
				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				Baixas de recebimentos	12	107.594	—	
								Variações monetárias e encargos, líquidos (Aumento) redução nos ativos operacionais:				
								Contas a receber	4	(123.317)	(86.864)	
								Tributos a recuperar		(2.021)	1.659	
								Adiantamentos		(170)	3.607	
								Outras contas a receber		84	(1)	
								Aumento (Redução) nos passivos operacionais:				
								Fornecedores		(569)	(2.588)	
								Obrigações com empregados e administradores		(70)	(315)	
								Tributos a recolher		(336)	5.949	
								Partes relacionadas		(17.547)	(82.303)	
								Outras obrigações e contas a pagar		(3)	1	
								Caixa gerado pelas atividades operacionais		50.334	21.253	
								Pagamento de juros sobre debêntures	9	(34.717)	(74.757)	
								Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		15.617	(53.234)	
								Fluxo de caixa das atividades de investimento				
								Aquisição de imobilizado		(4.335)	(5.322)	
								Aquisição de intangível		(1.975)	(580)	
								Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(6.310)	(5.902)	
								Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
								Aumento de capital	11	29.618	—	
								Pagamento do principal de debêntures	9	(40.552)	(48.885)	
								Custo de captação	9	159	157	
								Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(10.775)	(48.728)	
								(Redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa		(1.468)	(107.863)	
								Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	1.964	109.827	
								Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	496	1.964	
								(Redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa		(1.468)	(107.863)	
								As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações gerais
O MetroBarra S.A. ("MetroBarra" ou "Companhia"), cuja sede está localizada na Av. Presidente Vargas 2.700, parte, foi constituído sob a forma de sociedade por ações de capital fechado em 20 de dezembro de 2012, e tem como objeto social a locação de bens próprios e participação em outras sociedades, na qualidade de acionistas, cotista e holding. A Companhia assumiu em 2013 os direitos e deveres do contrato de adiantamento para aquisição futura da Concessionária Rio Barra S.A. ("CRB") e tem realizado investimentos em material rodante, sistema e engenharia objetos deste contrato para poder exercer a opção de compra.

Em 18 de junho de 2013, a Companhia e a CRB, sua única cliente, firmaram um contrato para a locação do material rodante, sistemas de sinalização e telecomunicações, embarcados de bordo, gerenciamento e pré-ops ("Material Rodante e Sistemas"), de acordo com os termos, condições e especificações previstas no Contrato de Concessão da Linha 4. A Companhia era controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar, que detinha a totalidade do capital, porém em 28 de setembro de 2020, após as aprovações em Assembleias Gerais de Acionistas e de Debenturistas, foi assinado um Acordo de Reestruturação que prevê a redução significativa da dívida da INVEPAR envolvendo a sua troca por participações em empresas do Grupo.

Em 8 de novembro 2021, foram concluídas as seguintes e principais etapas previstas no Acordo de Reestruturação assinado em 28 de setembro de 2020, com objetivo da redução significativa da dívida da Invepar com envolvimento da troca de participações em empresas do Grupo.

I - Transferência da totalidade das ações de emissão da Hmobi Participações S.A. ("Hmobi"): em contraprestação ao resgate, pela Companhia, de 3 debêntures detidas pelo Mubadalá Capital IAV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia FIP ("IAV FIP");

II - Aumento do capital da Hmobi mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas por: IAV FIP, Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF ("Funcef"), Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS ("Petros"), Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI ("PREVI");

III - Transferência das Ações do MetroBarra em contrapartida à entrega em dinheiro em pagamento, da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 100% do capital social total, do MetroBarra, pelo valor total de R\$ 238.016.476,78.

Em decorrência da conclusão das etapas da operação acima descritas: o IAV FIP passou a ser acionista controlador da Hmobi, detentor de 945.021.199 ações ordinárias, representativas de 51,5% do capital social da Hmobi; e a Hmobi passou a ser a única acionista detentora da totalidade do capital social da MetroBarra.

Em 31 de dezembro de 2021, o MetroBarra apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 38.643 (R\$ 830.716 em 31 de dezembro de 2020) devido, principalmente, as debêntures no valor de R\$ 62.819. A Administração da Companhia e Hmobi está enviando esforços para recuperação da receita e redução de gastos como pode ser verificado a seguir:

Impactos do COVID-19
Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Os resultados da Companhia foram duramente afetados.

Com o avanço da vacinação e redução dos casos, o Governo iniciou o processo de flexibilização e, conseqüentemente, a retomada gradual e controlada das atividades. A Companhia acredita que os piores impactos sofridos pela pandemia já foram superados, porém ainda existe incerteza quanto a duração da pandemia, e por isso algumas medidas de monitoramento instituídas desde o início da pandemia estão mantidas. Dentre tais medidas mantidas, temos:

- Um Comitê de Gestão de Crises, formado pela Diretoria, que acompanha semanalmente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira da Companhia; e
- Renegociação e postergação de pagamento de dívida, gerando fôlego adicional ao caixa.

2. Apresentação das informações contábeis
2.1. Aprovação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards-IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência de serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

O encerramento das Demonstrações Contábeis foi autorizado pela Administração da Companhia em 18 de março de 2022.

2.2. Novas normas e pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021
As seguintes normas foram alteradas, em 2021:

- Alterações ao IAS 1 - classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- Alterações ao IAS 8 - definição de estimativas contábeis;
- Alterações no IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - divulgação de políticas contábeis.

Nenhuma das alterações acima indicadas teve impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

2.3. Base de elaboração
As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Caixa e equivalente de caixa, Aplicação financeira e Instrumentos financeiros derivativos.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios. A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

2.4. Reconhecimento de receita
Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

(a) Receitas de serviços
A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15).

(b) Receita de juros
A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras
Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganhou a perda registrada no resultado do exercício.

2.6. Contas a receber
As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. O IFRS9/CPC 48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, introduziu novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, substituindo o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo de "perdas de créditos esperadas".

2.7. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa
A Companhia adotou uma abordagem sistemática definida em contrato e realizou o cálculo da perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

2.8. Imobilizado
Os ativos imobilizados com vida útil definida eram depreciados de acordo com sua vida útil econômica estimada, no entanto, no exercício social corrente foi revisado o método de depreciação, conforme previsto no CPC 23, e a Administração alterou o método para melhor refletir o padrão de benefício econômico dos ativos, para maior detalhamento, evidenciamos na nota explicativa 2.19 os impactos da alteração da estimativa.

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método de curva da demanda que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados caso ocorra fato relevante que possa gerar impacto.

2.9. Intangível
Refere-se ao direito de uso de software, registrados ao custo de aquisição. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.10. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.11. Outros ativos e passivos
Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado,

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.12. Tributação
As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Receitas operacionais	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,6%	4,00%

sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos
Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados como intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.14. Instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar e debêntures.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor

→ continuação

METROBARRA S.A.

CNPJ 17.339.410/0001-64

2.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

(a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetem os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

(b) Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento, que tem como base as projeções até o término do Contrato de Concessão da linha 4, visto que a operação da Companhia está intrinsecamente relacionada ao Contrato de Concessão mencionado, e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorará a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado e intangível são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.19. Mudança de estimativa

Os ativos imobilizados com vida útil definida eram depreciados de acordo com sua vida útil econômica estimada até o exercício social de 2020, no entanto, no exercício social corrente foi revisto o método de depreciação, conforme previsto no CPC 23, e a Administração alterou o método para refletir a melhor estimativa de padrão de consumo dos ativos operacionais. Esta mudança de estimativa gerou um impacto positivo de R\$ 44.236 no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A mudança na estimativa contábil afetou apenas os resultados do período corrente, e somente para fins de comparabilidade, abaixo demonstramos o resultado do período comparativo pro-forma:

Balanço patrimonial comparativo

	2021	2020	Ajustes	2020
	(Divulgado)	(Pro-forma)		
Ativo				
Circulante	31.218	14.855	-	14.855
Não circulante				
Imobilizado	785.873	825.641	41.293	866.934
Outros	111.688	97.547	-	97.547
Total do ativo não circulante	897.561	923.188	41.293	964.481
Total do ativo	928.779	938.043	41.293	979.336
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Não circulante	69.861	845.571	-	845.571
	773.745	9.993	-	9.993
Patrimônio líquido				
Capital social	434.251	404.633	-	404.633
Prejuízos acumulados	(349.078)	(322.154)	41.293	(280.861)
Total do patrimônio líquido	85.173	82.479	41.293	123.772
Total do passivo e patrimônio líquido	928.779	938.043	41.293	979.336

7. Imobilizado

Custo	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação % ^(b)		2020	Adições	Baixas (c)	Transferências	2021
	2019	2020					
Instalações							
Máquinas e equipamentos	5	781.162	-	-	-	-	781.162
Móveis e utensílios	10	1.809	-	(7)	-	-	1.802
Benefitória em prédio e instalações de terceiros	10	283.990	-	-	8.951	292.941	
Equipamentos de informática	20	31.324	-	(7)	-	31.317	
Equipamentos de telecomunicações	20	1.855	-	-	-	1.855	
Imobilizado em andamento (a)		16.701	4.337	-	(8.951)	12.087	
		1.116.841	4.337	(14)	-	1.121.164	

Depreciação acumulada

Custo	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %		2019	Adições	Baixas (b)	Transferências	2020
	2019	2020					
Máquinas e equipamentos	(193.297)	(28.296)	-	-	-	-	(221.593)
Móveis e utensílios	(747)	(107)	-	-	-	-	(854)
Benefitória em prédio e instalações de terceiros	(78.070)	(13.644)	-	-	-	-	(91.714)
Equipamentos de informática	(18.253)	(2.051)	7	-	-	-	(20.297)
Equipamentos de telecomunicações	(833)	-	-	-	-	-	(833)
	(291.200)	(44.098)	7	-	-	-	(335.291)
	825.641	(39.761)	(7)	-	-	-	785.873

Imobilizado líquido

(a) O saldo remanescente no imobilizado em andamento é composto dos projetos relacionados ao piloto automático, sinalização, sistemas de telecomunicação, peças para composição dos trens CRC e adequações no centro de manutenção no centro de controle operacional.

(b) A depreciação dos ativos imobilizados foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada até o término do Contrato de Concessão da linha 4, visto que a operação da Companhia está intrinsecamente relacionada ao Contrato de Concessão mencionado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Custo	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %		2019	Adições	Baixas (b)	Transferências	2020
	2019	2020					
Máquinas e equipamentos (b)	10	770.651	199	(3.526)	13.838	781.162	
Móveis e utensílios	10	1.811	-	(2)	-	1.809	
Benefitória em prédio e instalações de terceiros	20	243.328	1.403	(357)	39.616	283.990	
Equipamentos de informática	20	31.228	-	-	96	31.324	
Equipamento de telecomunicações	20	1.855	-	-	-	1.855	
Imobilizado em andamento (a)		67.265	4.712	(1.590)	(53.685)	16.702	
		1.116.138	6.314	(5.475)	(135)	1.116.842	

Depreciação acumulada

Custo	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %		2019	Adições	Baixas (b)	Transferências	2020
	2019	2020					
Máquinas e equipamentos	(140.383)	(53.221)	307	-	-	-	(193.297)
Móveis e utensílios	(567)	(180)	-	-	-	-	(747)
Benefitória em prédio e instalações de terceiros	(50.910)	(27.181)	18	-	-	-	(78.073)
Equipamentos de informática	(12.689)	(5.563)	-	-	-	-	(18.252)
Equipamento de telecomunicações	(833)	-	-	-	-	-	(833)
	(205.382)	(86.145)	325	-	-	-	(291.202)
	910.756	(79.831)	(5.150)	(135)	825.641		

(a) O saldo remanescente no imobilizado em andamento é composto dos projetos relacionados ao piloto automático, sinalização, sistemas de telecomunicação, peças para composição dos trens CRC e adequações no centro de manutenção e no centro de controle operacional.

(b) Em 2020, as baixas que ocorrem referem-se itens de bens obsoleto e baixa de adiantamentos.

Redução do valor recuperável de ativos ("Impairment")

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, porém para o exercício social de 2021, devido ao processo de reestruturação societária, a avaliação foi realizada por uma empresa especialista e independente, e concluiu-se que os custos registrados são consideravelmente inferiores ao valor de recuperação.

A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia até o fim da concessão; (ii) projeção de demanda considerando os impactos da pandemia do COVID-19 (iii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (iv) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital - WACC) para descontar o fluxo operacional da concessionária.

Demonstração do resultado comparativo

	2021	2020	Ajustes	2020
	(Divulgado)	(Pro-forma)		
Receita operacional líquida	211.506	201.643	-	201.643
Custo dos serviços prestados	(24.064)	(67.805)	41.293	(26.512)
Prejuízo bruto	187.442	133.838	41.293	175.131
Receitas (Despesas) operacionais	(130.961)	(145.811)	-	(145.811)
Resultado operacional	56.481	(11.972)	41.293	29.321
Resultado financeiro	(97.283)	(97.947)	-	(97.947)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(40.802)	(109.920)	41.293	(68.627)
Imposto de renda e contribuição social	13.878	(1.049)	-	(1.049)
Prejuízo do período	(26.924)	(110.969)	41.293	(69.676)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos		
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.964
Certificados de depósitos bancários - CDB*	486	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	496	1.964

* A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata, com finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações são em média 95% do CDI.

4. Contas a receber

4.1 Contas a receber

	2021	2020
Locação dos trens	277.273	261.550
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(252.604)	(252.604)
Total do contas a receber	24.669	8.946

4.2 Aging do contas a receber

	2021	2020
Contas a receber	14.012	18.815
PECLD	-	-
Até 3 meses	27.618	(20.397)
De 3 a 6 meses	3.435	69.335
Acima de 6 meses	232.207	(232.207)
Total	277.272	(252.604)

4.3 Movimentação das perdas de crédito esperadas

Movimentação do saldo de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	(252.604)	(134.760)
Adições	-	(117.844)
Saldo no fim do exercício	(252.604)	(252.604)

De acordo com o Contrato de Locação de Material Rodante e Sistemas Operacionais para o Transporte Metroviário de Passageiros da Linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro ("Contrato de Locação"), o pagamento do preço da locação fica condicionado a uma parcela do Fluxo de Caixa Livre da CRB, que tem sistemática definida no contrato. Nos meses em que o Fluxo de Caixa Livre é insuficiente para cobrir a totalidade do valor do aluguel, o valor remanescente é reconhecido como quitado.

5. Impostos, taxas e contribuições

(a) Tributos a recuperar

	2021	2020
Antecipação de imposto de renda e contribuição social*	4.334	2.316
Saldo negativo de imposto de renda e contribuição social	103	99
Total do circulante	4.437	2.415

* Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	2021	2020
Natureza		
Prejuízo fiscal	39.637	29.193
Base negativa	14.279	10.519
Provisões não dedutíveis	(5)	322
Total do ativo fiscal diferido	53.911	40.034

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados, conforme demonstrado a seguir:

As principais premissas utilizadas para descontar as projeções de fluxo de caixa e determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSLL de 12,27% a.a.; taxa média de inflação (IPCA) de 6,09% para 2021 e de 3,00% para o longo prazo.

8. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo da Companhia com fornecedores totalizava R\$ 3.026 (R\$ 4.034 em 31 de dezembro de 2020).

Composição

	2021	2020
Fornecedores nacionais	1.053	647
Fornecedores no exterior	1.973	3.387
Total	3.026	4.034

9. Debêntures

	2021
Terceira emissão debêntures (-) Custo de captação	
Total geral	62.819

Aplicação financeira vinculada (a)

Moeda	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Garantia	Circulante	Não circulante	Total
BRL - Real	20/12/2029	TR	9,19%	(b)	62.819	824.439	887.258
					-	(1.238)	(1.238)
					62.819	823.201	886.020
					-	(64.817)	(64.817)
					62.819	758.384	821.203

Terceira emissão debêntures (-) Custo de captação

Moeda	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Garantia	Circulante	Total
BRL - Real	20/12/2029	TR	9,19%	(c)	870.077	870.077
					-	(1.397)
					868.680	868.680
					-	(54.483)
					814.197	814.197

(a) As aplicações financeiras no montante de R\$ 64.

→ continuação

METROBARRA S.A.

CNPJ 17.339.410/0001-64

Em 20 de novembro de 2015, a Companhia aprovou a terceira emissão de debêntures privadas, com esforços restritos no valor de R\$ 932.861.

Tais debêntures não são conversíveis em ações e não possuem cláusula de repactuação. As debêntures são remuneradas a 100% da TR + spread, e tem vencimento em 15 anos a partir da data da emissão e são garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia.

Em 12 de maio de 2016, a Companhia assinou junto à CEF o boletim de subscrição para emissão de debêntures no montante de R\$ 932.861, no qual o principal objetivo é a quitação das debêntures no montante de R\$ 600.000 da 4ª emissão.

Em 13 de maio de 2016, os recursos foram liberados pela CEF, equalizando assim, a estrutura de capital da Companhia.

Em 21 de junho de 2016, a Companhia cumpriu as condições precedentes de desbloqueio comprovando que todos os valores da 1ª liberação foram desembolsados, conforme as regras da escritura das debêntures e com isso conseguiu a liberação de R\$ 900.100 para conta de livre movimentação, equalizando assim, a estrutura de capital da Companhia.

Em 30 de dezembro de 2021, através do 9º Aditamento à Escrituração de Emissão ficou acordado que "Novo Período de Standstill" terá as parcelas de remuneração correspondentes de novembro de 2021 a abril de 2022 suspensas, de modo que estas serão incorporadas ao saldo do valor nominal unitário.

Destinação dos recursos

Parte dos recursos captados pela Companhia por meio da 3ª emissão de debêntures foi utilizada para pagamento do principal e juros objeto da 4ª emissão de debêntures.

Em 29 de agosto de 2019 foi realizada uma AGD deliberando sobre a autorização para Amortização Antecipada Facultativa das Debêntures com a devolução da totalidade dos recursos depositados e investidos da Conta de Liquidação e a consequente alteração da data de encerramento do "Prazo Máximo de Investimento" e do "Período de Investimento", conforme definidos na Escritura de Emissão no valor de R\$ 49.433.

Cláusulas restritivas

As debêntures da 3ª emissão deverão declarar-se vencidas antecipadamente no caso de ocorrência de inadimplemento de covenants financeiros.

Caso o ICSD (índice de cobertura de Serviço da Dívida) < 1,3, em até 10 (dez) dias úteis contados da divulgação das demonstrações contábeis da emissora ou da notificação do Agente Fiduciário o que ocorrer primeiro.

No caso de distribuição de dividendos, realização de pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas da emissora ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos acionistas, incluindo o pagamento ou concessão de mútuos, com o descumprimento do índice financeiro abaixo:

Dívida Líquida/EBITDA, a ser acompanhada semestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações contábeis anuais auditadas da emissora ao final de cada ano civil, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento, pelo Agente Fiduciário, das referidas demonstrações contábeis. As debêntures da 3ª emissão poderão declarar-se vencidas antecipadamente no caso de inadimplemento de covenants financeiros. Em 31 de dezembro de 2021, não houve atingimento do ICSD pelo MetroBarra, porém esse descumprimento foi autorizado na Assembleia Geral dos Debenturistas ("AGD") realizada em 4 de novembro de 2021.

Empresa	Dívida	Covenants	Limite	Apuração
METRO-BARRA	3ª emissão das debêntures	DL/EBITDA	≤ 4,5	Annual <i>covenants</i> até dezembro de 2020
		DL/EBITDA	≤ 3,5	Annual <i>covenants</i> até dezembro de 2021
		DL/EBITDA	≤ 3	Annual <i>covenants</i> até dezembro de 2022
		DL/EBITDA	≤ 2,5	Annual <i>covenants</i> até dezembro de 2023
		DL/EBITDA	≤ 2	Annual <i>covenants</i> a partir de janeiro 2024

Nessa mesma assembleia, acima citado, foi autorizada a constituição da Cessão Fiduciária de direitos creditórios da HMOBI e a outorga da Fiança pela HMOBI.

Em 29 de agosto de 2019 foi realizada uma AGD deliberando a substituição da obrigação de transitar pela conta centralizadora o fluxo mínimo de duas PMT, para uma PMT, e em contrapartida, aumento do saldo mínimo a ser mantido na Conta Reserva de 3 (três) PMT mensais para 5 (cinco) PMT durante a vigência das Debêntures.

Hipóteses de vencimento antecipado

Nos termos dos contratos de dívida, empréstimo, financiamento, e emissões de valores mobiliários, a Companhia está sujeita ao cumprimento de obrigações específicas. O descumprimento de tais obrigações sem a anuência dos respectivos credores poderá resultar na declaração do vencimento antecipado de tais contratos e na execução das garantias constituídas em relação aos mesmos.

Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) Prestação de fiança e/ou aval pela Emissora, a partir da Data de Emissão, sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas; (ii) Realização de qualquer pagamento ou remuneração pela Emissora aos seus controladores, exceto o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, se inadimplente com quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e (iii) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Rebaixamento da classificação de risco da Companhia

Em 11 de fevereiro de 2019 a agência S&P Global Ratings revisou o rating do MetroBarra, passando de 'brA-' para 'brBB-', em Escala Nacional Brasil.

Em 29 de agosto de 2019, foi deliberado em AGD o não vencimento antecipado das debêntures, através da renúncia temporária da cláusula de rebaixamento de rating até 10 de julho de 2020, com pagamento de "waiver fee" e sem repactuação de taxas.

Com o vencimento do waiver em 10 de julho de 2020, houve nova AGD em 18 de setembro de 2020 na qual foi deliberada a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures decorrente do rating da Emissão na escala nacional permanecer inferior à nota mínima 'BBB-' prevista na Escritura de Emissão. Foi aprovada a renúncia temporária da cláusula de rating mínimo pelo prazo de 12 (doze) meses contados de 10 de julho de 2020, com pagamento de "waiver fee" e sem repactuação de taxas.

Com o vencimento do waiver em 10 de julho de 2021, houve nova AGD em 4 de novembro de 2021 na qual foi deliberada a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures decorrente do rating da Emissão na escala nacional permanecer inferior à nota mínima 'BBB-' prevista na Escritura de Emissão. Foi aprovada a renúncia temporária da cláusula de rating mínimo pelo prazo de 12 (doze) meses contados de 10 de julho de 2021.

O rating atual emitido pela agência S&P Global Ratings é "brCC" na Escala Nacional Brasil. Essa classificação não gera impacto na emissão de debêntures, dada a aprovação mencionada anteriormente.

10. Provisão para riscos processuais

A provisão para riscos processuais reconhecida é decorrente de procedimento arbitral instaurado junto a Companhia a fim de dirimir conflito originado em contrato de prestação de serviços firmado pelas partes. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo era de R\$ 9.993.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía processos com prognóstico de perda considerado como possível, conforme a seguir detalhado:

Em 01 de abril de 2019, o Ministério Público protocolou Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, contra o consórcio vencedor da licitação da Linha 04 do sistema metrôviário do Rio de Janeiro e outros réus associados, dos quais as empresas do grupo INVEPAR não faziam parte. Dentre as alegações citadas pelo Ministério Público, é mencionada irregularidades da subconcessão da operação à Concessionária MetrôRio e locação de material rodante da MetroBarra. A transferência da operação, associada a locação do material rodante e da previsão de aquisição de cotas da CRB pela Invepar configurariam total subconcessão da Linha 4 com transferência do objeto licitado à terceiro (Grupo Invepar), que não foi o vencedor do certame. Em novembro de 2020, a então controladora INVEPAR foi citada no processo e passou a figurar em seu polo passivo. Por cuidado, no mês seguinte, METRORIO e METROBARRA tomaram ciência da ação e se deram por citados. De forma tempestiva, em janeiro de 2021 a INVEPAR, METRORIO e METROBARRA protocolaram suas defesas em relação às alegações do Ministério Público. A administração da INVEPAR, METRORIO e METROBARRA, assessorada pelo seu corpo jurídico, defende que há ilegitimidade passiva para as empresas METRORIO, METROBARRA e INVEPAR, cuja exploração é direito das demandadas, não sendo lógico haver interesse na participação nos atos dos quais são acusados, além de estarem ausentes quaisquer elementos concretos que liguem a INVEPAR aos escândalos de corrupção na obra do Metrô. Adicionalmente, entende-se que a prescrição pelo prazo de 5 anos, previsto no art. 23 da Lei de Improbidade Administrativa, chegou a termo em 2015, tendo em vista que a assinatura do contrato se deu em 25 de fevereiro de 2010. O valor atualizado do processo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 129.968.

11. Patrimônio líquido**(a) Capital social**

Em 29 de setembro de 2021, a Companhia reconheceu o aumento de capital de R\$ 29.618, dividido em 1.705.037 ações ordinárias, todas sob forma nominativa e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 434.251, dividido em 3.100.261 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal (31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 404.633, dividido em 1.395.224 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal).

(b) Dividendo mínimo obrigatório

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações.

12. Receitas, custos e despesas por natureza

Receitas por natureza	2021	2020
Receita de locação	233.065	222.197
Tributos sobre a receita	(21.559)	(20.554)
Receita operacional líquida	211.506	201.643

Custos e despesas por natureza

2021	2020	
Baixas de recebimentos	(107.594)	–
Depreciação e amortização	(45.368)	(87.652)
Pessoal	(463)	(795)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	–	(117.843)
Outros	(1.600)	(7.327)
(155.025)	(213.617)	
Custo de serviços prestados	(24.064)	(67.805)
Despesas gerais e administrativas	(130.961)	(147.106)
Outras receitas e despesas operacionais	–	1.294
(155.025)	(213.617)	

13. Resultado financeiro

2021	2020	
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	2.621	2.994
Varição cambial ativa	435	1.564
Varição monetária ativa	23	118
Descontos obtidos	–	1
Total receitas financeiras	3.079	4.677
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(82.171)	(81.652)
Comissões e despesas bancárias	(4.833)	(2.875)
Variações cambiais passivas	(872)	(1.401)
Outros (*)	(12.486)	(16.966)
Total despesas financeiras	(100.362)	(102.624)
Total resultado financeiro	(97.283)	(97.947)

(*) Em 31 de dezembro 2021 e de 2020, refere-se basicamente a aval com a ex-controladora Invepar.

14. Resultado por ação

O cálculo básico e o diluído do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

	Ordinárias	
	2021	2020
Numerador básico		
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(26.924)	(110.969)
Denominador básico e diluído	–	–
Média ponderada das ações (em milhares)	3.100.261	1.395.224
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,009)	(0,080)

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2021.

15. Seguros (Não auditado)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém seguros contra danos materiais e responsabilidade civil conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Risco operacional (a)	280.000	01/08/2021	01/08/2022	Tokio Marine
Responsabilidade civil geral (b)	60.000	01/08/2021	01/08/2022	Tokio Marine
D&O	40.000	08/11/2021	08/11/2022	Barkley
Automóveis	Tabela FIPE	24/08/2021	24/08/2022	Porto
Transporte nacional	4.000	28/02/2021	28/02/2022	Supra
Transporte internacional	US\$ 3.000	28/02/2021	28/02/2022	Supra

(a) Garantir até o limite máximo da importância segurada danos acidentais causados, que o Segurado venha a sofrer em consequência dos riscos cobertos aos bens segurados, enquanto estiverem nos locais definidos na apólice.

(b) Garantir até o limite máximo da importância segurada perdas resultantes de danos corporais e materiais causados a terceiros, decorrentes da operação da empresa segurada desde que sejam involuntários e acidentais.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

16. Instrumentos financeiros e concentração de riscos

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão apresentados a seguir:

	2021	2020
	Valor justo	Valor justo
Instrumentos financeiros		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	496	1.964
Contas a receber	–	8.946
Total do ativo	496	1.964
Passivos		
Fornecedores	–	4.034
Partes relacionadas	–	17.577
Debêntures	–	821.203
Total do passivo	–	835.808

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

(a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros no caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são vinculadas a variação do CDI e as debêntures à variação da TR.

(c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa e equivalentes de caixa. A Companhia mantém contas correntes bancárias em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

(d) Risco de taxa de câmbio

O MetroBarra poderá sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função dos compromissos que o mesmo assumiu para aquisição sistemas operacionais, considerando-se que parte destes itens serão adquiridos no mercado externo.

(e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de empréstimos bancários e debêntures.

31 de dezembro de 2021	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores	3.026	–	–	3.026
Debêntures*	62.820	555.418	202.965	821.203
31 de dezembro de 2020	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores	4.034	–	–	4.034
Debêntures*	814.197	–	–	814.197

(*) Líquido das aplicações financeiras vinculadas.

(f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados três cenários, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. As taxas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	11,08%	8,31%	5,54%
TR Passivo (% ao ano)	1,66%	2,08%	2,49%

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

Operação	Risco/ indexador	Base	Resultado		
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Equivalente de caixa	DI	496	55	41	28

Operação	Risco/ indexador	Base	Resultado		
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Debêntures	TR	886.020	14.708	18.429	22.062
Aplicação Financeira vinculada (*)	DI	(64.817)	(7.182)	(5.386)	(3.591)
Total		821.203	7.526	13.043	18.471

(*) Registradas no passivo não circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros.

(g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	2021	2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures	821.203	814.197
Caixa e equivalentes de caixa	(496)	(1.964)
Dívida líquida	820.707	812.233
Patrimônio líquido	85.173	82.479
Patrimônio líquido e dívida líquida	905.880	894.712

17. Transações não caixa

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	2021	2020
Aquisição de imobilizado/ intangível ainda não liquidada financeiramente	439	4.288

18. Outros assuntos**(a) Adiantamento para aquisição futura da Concessionária Rio Barra ("CRB")**

A CRB foi constituída em 14 de dezembro de 1998 e tem por objeto social exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração, precedida de obras públicas dos serviços de transporte metrôviário de passageiros da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro extensão de Ipanema a Barra da Tijuca e tem prazo de concessão até 2036.

Para concluir a aquisição da CRB, a INVEPAR assumiu o compromisso de adquirir trens e sistemas de sinalização, sistema de piloto automático e das intervenções no centro de manutenção e no centro de operação hoje das Linhas 1 e 2 para que ocorra a operação da Linha 4.

Em 23 de novembro de 2012, a INVEPAR acionista controladora da Companhia, firmou um contrato de compra e venda de ações junto aos atuais acionistas da CRB.

Em 11 de março de 2013, a INVEPAR cedeu os direitos e deveres do contrato de compra e venda da CRB para o MetroBarra, e com isso MetroBarra passa a ser a empresa responsável por essa aquisição.

Em 15 de outubro de 2013, o MetroBarra pagou aos acionistas da CRB o valor de R\$ 53.564 a título de adiantamento para aquisição futura dessa empresa.

Após a transferência efetiva do controle da CRB, será realizado o pagamento do Preço das Ações, formado por uma parte à vista, correspondente às despesas ordinárias conforme definidas no contrato, limitadas a R\$ 600 anuais, mais uma parte variável a ser paga aos antigos acionistas da CRB baseada no número de usuários entrantes nas estações da linha 4 do Metrô (chamado PVPA - Parcela Variável do Preço de

→ continuação

METROBARRA S.A.

CNPJ 17.339.410/0001-64

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas do

MetroBarra S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do MetroBarra S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do MetroBarra S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Principais assuntos de auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A seguir, descrevemos os principais assuntos de auditoria:

Reconhecimento de receita**Descrição do PAA**

Conforme descrito na nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis a receita de prestação de serviços é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

Adicionalmente, a receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15).

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de serviços representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia; e (ii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento.

Realização de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social**Descrição do PAA**

A Companhia mantém registrados tributos diferidos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no ativo não circulante. Esses créditos foram registrados na medida em que a Administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos, conforme descrito na nota explicativa nº 5.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores são relevantes conjunto das demonstrações contábeis da Companhia; e

(ii) a avaliação da realizada pela Administração da Companhia sobre a realização desses créditos diferidos, envolve julgamentos importantes e subjetivos para determinar as bases tributárias futuras para utilização dessa realização.

Alteração de estimativa contábil (nota explicativa 2.19)**Descrição do PAA**

Para refletir a melhor estimativa de padrão de utilização dos ativos operacionais, a Companhia alterou o método de cálculo da depreciação dos ativos imobilizados, de forma prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2021, de acordo com a NBC TG 23 (R1) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, que foi aprovada pela Deliberação CVM 592/09.

Os ativos imobilizados com vida útil definida eram depreciados de acordo com sua vida útil econômica e passaram a ser depreciados de acordo com a curva de demanda de passageiros transportados, utilizando como base o período da concessão.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i); a Companhia alterou uma estimativa contábil e os resultados dessa alteração foram significativos no resultado do exercício e afetarão exercícios futuros.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria das cifras do ano anterior

As demonstrações contábeis, mencionadas no primeiro parágrafo, incluem informações contábeis correspondentes: (i) ao resultado e resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, (ii) às mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado para o exercício findo naquela mesma data, obtidas das informações financeiras daquele exercício; e (iii) aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação. O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 25 de março de 2021, sem ressalvas e com parágrafo sobre incerteza relacionada com a continuidade operacional. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre as informações financeiras referentes as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles tomados em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2022

Mazars Auditores Independentes

CRC 2SP023701/O-8 "F" RJ

Cleber de Araujo

Contador CRC 1SP213655/O-8

Rio de Janeiro

SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE CNPJ/ME nº 01.685.053/0001-56 NIRE 3330027441-3 **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2022.** Data, Hora e Local: Em 09 de março de 2022, às 10h, por meio de videoconferência. Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social. Convocação: Dispensada na forma do art. 124, §4º da Lei 6.404/76. Mesa: Presidente: Patrick de Larragoiti Lucas; Secretária: Fernanda Bezerra. Ordem do Dia e Deliberações: Aprovadas pela totalidade das acionistas da Companhia, sem qualquer emenda ou ressalva. I. Retificar o item I da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de dezembro de 2021, a qual deliberou sobre o aumento do capital social da Companhia, de forma a corrigir o valor total do aporte realizado de R\$106.250.000,00 (cento e seis milhões, duzentos e cinquenta reais) para R\$106.250.013,65 (cento e seis milhões, duzentos e cinquenta mil, treze reais e sessenta e cinco centavos). I.1. Foram ratificadas as demais deliberações da referida assembleia. II. Aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$30.232.107,48 (trinta milhões, duzentos e trinta e dois mil, cento e sete reais e quarenta e oito centavos), com a emissão de 365.446 (trezentas e sessenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e seis) novas ações ordinárias e 64.491 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e uma) novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$70,31752902827570000 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/76, na data-base de 28.02.2022, sendo a totalidade das ações emitidas subscritas e integralizadas pela acionista **Sul América S.A.**, CNPJ nº 29.978.814/0001-87; passando o capital social da Companhia de R\$5.602.386.510,77 (cinco bilhões, seiscentos e dois milhões, trezentos e oitenta e seis mil, quinhentos e dez reais e setenta e sete centavos) **para** R\$5.632.618.618,25 (cinco bilhões, seiscentos e trinta e dois milhões, seiscentos e dezoito mil, seiscentos e dezoito reais e vinte e cinco centavos), com a consequente alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social que passará a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$5.632.618.618,25 (cinco bilhões, seiscentos e trinta e dois milhões, seiscentos e dezoito mil, seiscentos e dezoito reais e vinte e cinco centavos), dividido em 134.852.489 (cento e trinta e quatro milhões, oitocentas e cinquenta e duas mil, quatrocentas e oitenta e nove) ações, sendo 97222.125 (noventa e sete milhões, duzentas e vinte e duas mil, cento e vinte e cinco) ordinárias e 37630.364 (trinta e sete milhões, seiscentas e trinta mil, trezentas e sessenta e quatro) preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal". II.1. A integralização das ações ora subscritas será realizada pela acionista Sul América S.A. em moeda corrente nacional nesta data, na forma do boletim de subscrição anexo a esta ata. II.2. Restou consignada a cessão do direito de preferência da acionista Tráditio Companhia de Seguros, no aumento de capital acima deliberado, à Sul América S.A., na forma do disposto do artigo 171, §6º, da Lei nº 6.404/76. III. Aprovado o Boletim de Subscrição, emitido por força do aumento do capital social aprovado no item II acima, que constitui o Anexo I desta ata. VI. Aprovada a consolidação do Estatuto Social que constitui o Anexo II desta ata. **Documentos anexos:** Boletim de Subscrição e Estatuto Social consolidado. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente ata no livro próprio, em forma de sumário, nos termos do §1º do art. 130 da Lei 6.404/76, que foi assinada pela Mesa e pelos acionistas. Rio de Janeiro, 09 de março de 2022. **Assinaturas:** Patrick de Larragoiti Lucas, Presidente da Assembleia; Fernanda Bezerra, Secretária da Assembleia. Acionistas: Tráditio Companhia de Seguros e Sul América S.A., ambas representadas por sua procuradora Fernanda Bezerra, advogada. JUCERJ/A nº 00004808937 em 16/03/2022. **ANEXO II - SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE - CNPJ/ME nº 01.685.053/0001-56 - NIRE 3330027441-3. ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I - Denominação, Sede, Objeto e Duração. Art. 1º. SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE** é uma sociedade anônima, autorizada a funcionar pelo Governo Federal e reger-se-á pelo presente estatuto e dispositivos legais aplicáveis. **Art. 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121, Ala Sul, 2º andar, Cidade Nova, podendo criar, manter, encerrar e suprimir agências, filiais, sucursais e escritórios no Brasil e no exterior por deliberação da Diretoria, satisfeitas as formalidades legais. **Art. 3º.** A Companhia tem por objeto operar, exclusivamente, no ramo de seguro saúde, sendo vedada sua atuação em quaisquer outros ramos ou modalidades de seguro, podendo participar de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes. **Art. 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **CAPÍTULO II - Capital e Ações. Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$5.632.618.618,25 (cinco bilhões, seiscentos e trinta e dois milhões, seiscentos e dezoito mil, seiscentos e dezoito reais e vinte e cinco centavos), dividido em 134.852.489 (cento e trinta e quatro milhões, oitocentas e cinquenta e duas mil, quatrocentas e oitenta e nove) ações, sendo 97222.125 (noventa e sete milhões, duzentas e vinte e duas mil, cento e vinte e cinco) ordinárias e 37630.364 (trinta e sete milhões, seiscentas e trinta mil, trezentas e sessenta e quatro) preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo único.** As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam das seguintes preferências sobre as ações ordinárias: (a) direito de receber dividendos dez por cento (10%) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, e (b) prioridade no reembolso do capital social em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio. **Art. 6º.** A cada ação ordinária nominativa, corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **CAPÍTULO III - Assembleias Gerais. Art. 7º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, quando convocada na forma legal ou estatutária, sendo presidida pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariada por um dos acionistas presentes ou advogado escolhido pelo referido Presidente. **Art. 8º.** Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, com a restrição contida no § 1º, *in fine* do artigo 134, da Lei nº 6.404/76, ou por advogado. **CAPÍTULO IV - Administração. Art. 9º.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **§1º.** A remuneração global e anual dos administradores será estabelecida pela Assembleia Geral, podendo tal remuneração ser, em parte, atribuída a título de gratificação. **§2º.** Além da remuneração de que trata o § 1º acima, os administradores terão direito a participar nos lucros caso a Assembleia Geral assim venha a deliberar, nos termos do artigo 24 deste estatuto e observado o disposto no artigo 152, §§ 1º e 2º da Lei nº 6.404/76. **§3º.** Os administradores serão investidos em seus cargos na forma da lei, estando dispensados de prestar qualquer garantia em razão do exercício de suas funções. **§4º.** O prazo de gestão do Conselho de Administração e da Diretoria se estende até a investidura dos novos administradores eleitos. **SEÇÃO I - Conselho de Administração - Art. 10.** A Companhia terá um Conselho de Administração composto de 3 (três) a 9 (nove) membros, sendo 01 (um) Presidente, todos pessoas naturais, residentes ou não no País, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 01 (um) ano, permitida a reeleição. **§1º.** Nos casos de ausências ou impedimentos temporários do Presidente do Conselho de Administração, o mesmo será substituído pelo Conselho por ele designado. O substituído exercerá todas as funções e terá todos os poderes, deveres e direitos do substituído. **§2º.** Em caso de vacância no cargo de Conselheiro, o Conselho de Administração indicará um substituto que assumirá o cargo pelo tempo remanescente do mandato do Conselheiro substituído. **§3º.** O Conselheiro ausente poderá se fazer representar nas reuniões por outro Conselheiro que designar. Esta designação deverá ser feita por escrito ao Presidente do Conselho. **Art. 11.** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, ao menos 1 (uma) vez ao ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, sendo presidida pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariada por um dos Conselheiros presentes ou advogado escolhido pelo referido Presidente. **§1º.** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por escrito, por seu Presidente ou por 2 (dois) de seus membros, com antecedência mínima de 6 (seis) ou 4 (quatro) dias úteis, esta última hipótese, em caso de reuniões por conferência telefônica ou meio similar. **§2º.** Para instalação das reuniões do Conselho de Administração, em primeira ou segunda convocação, será necessária a presença da maioria dos Conselheiros eleitos. **§3º.** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por voto da maioria dos Conselheiros presentes à reunião, cabendo ao Presidente, além do seu próprio voto, o de qualidade, de caso de empate na votação. **§4º.** O membro do Conselho de Administração vencido na votação tem o direito de recorrer com efeito suspensivo para a Assembleia Geral das decisões tomadas. O recurso deverá constar da ata da reunião e, enquanto a Assembleia Geral não se manifestar sobre o assunto, ficará suspenso a decisão objeto do recurso. **Art. 12.** Compete ao Conselho de Administração: I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar o respectivo orçamento geral; II. eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser este estatuto; III. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos que julgar necessário; IV. convocar Assembleia Geral; V. manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; VI. deliberar sobre a aquisição, alienação e oneração de bens do ativo permanente; VII. constituição de ônus reais e prestação de garantias; VIII. cessação ou renúncia de direitos de titularidade da Companhia; IX. escolher e destituir os auditores independentes; X. autorizar a participação da Companhia em outras sociedades, criação de sociedades subsidiárias, controladas e coligadas; XI. deliberar sobre a aquisição das ações de emissão da própria Companhia para cancelamento ou manutenção em tesouraria; XII. deliberar sobre a alienação ou cancelamento das ações de emissão da própria Companhia que por qualquer motivo permanecerem na tesouraria; e XIII. exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela Assembleia Geral, bem como resolver os casos omissos ou não previstos neste estatuto. **SEÇÃO II - Diretoria. Art. 13.** A Companhia terá uma Diretoria composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 40 (quarenta) membros, dentre eles 1 (um) Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação especial, todos pessoas naturais, acionistas

ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para um mandato de 01 (um) ano, admitida a reeleição. **§1º.** O Conselho de Administração poderá atribuir a um ou mais membros da Diretoria a função de Vice-presidente. **§2º.** Nos impedimentos e ausências do Diretor Presidente, este indicará o Diretor substituído, que o substituirá em suas funções e terá todos os poderes, deveres e direitos do substituído, ressalvados os casos previstos neste estatuto. Os demais Diretores se substituirão entre si, na forma estabelecida pelo Diretor Presidente. **§3º.** No caso de vacância de cargo de Diretor o Conselho de Administração poderá eleger novo Diretor para o restante do mandato, devendo sempre fazê-lo quando se tratar de vacância do cargo de Presidente, em reunião a ser convocada no prazo máximo de 30 (trinta) dias. **Art. 14.** A Diretoria, quando em reunião conjunta de seus membros, tem plenos poderes para resolver quaisquer assuntos ou negócios de interesse da Companhia, salvo os previstos em lei ou no estatuto social como de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Art. 15.** A Diretoria reunir-se-á quando necessário, com a presença da maioria de seus membros, sendo as decisões tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes à reunião cabendo ao Diretor Presidente, além do voto pessoal, o de qualidade, em caso de empate. **Art. 16.** Compete ao Diretor Presidente coordenar as atividades da Diretoria e supervisionar todas as atividades da Companhia. **Parágrafo único.** Sem prejuízo das atribuições que o Conselho de Administração vier a designar para os demais Diretores, o Diretor Presidente poderá fixar outras atribuições para os mesmos. **Art. 17.** A Companhia será representada por quaisquer 2 (dois) Diretores, ou por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, em ambos os casos agindo em conjunto, exceto nas hipóteses mencionadas nos §§ 1º e 2º abaixo. **§1º.** A Companhia poderá ser representada por 2 (dois) procuradores, agindo em conjunto, na prática dos seguintes atos: I. representação da Companhia em atos relacionados à demissão e à admissão de empregados, realização de anotações em carteiras de trabalho e na contratação de estagiários e aprendizes; e II. celebração de contratos de câmbio e realização de operações de pagamento, cadastro, e outras transações de natureza bancária, realizadas com instituições financeiras, por meio da internet ou carta, de acordo com a política de alçadas da Companhia, aprovada pela Diretoria. **§2º.** A Companhia poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou por 1 (um) procurador, agindo isoladamente, na prática dos seguintes atos: I. representação ativa e passiva da Companhia perante órgãos e entes da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, incluindo autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades paraestatais; II. representação da Companhia na qualidade de acionista ou quotista, em Assembleias Gerais de sociedades nas quais participe; III. representação da Companhia perante associações civis e sindicatos patronais; e IV. representação da Companhia em juízo. **§3º.** As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por quaisquer 2 (dois) Diretores, em conjunto, devendo especificar os poderes outorgados. Salvo as procurações *ad judicia* e para a defesa de processos administrativos, todas as demais deverão ser limitadas ao prazo de 1 (um) ano. As procurações outorgadas a empregados da Companhia serão automaticamente revogadas com o término dos seus respectivos contratos de trabalho. **§4º.** E vedado aos Diretores e aos mandatários obrigar a Companhia em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da Companhia. **SEÇÃO III - Responsabilidade dos Administradores. Art. 18.** Os administradores respondem perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei e do presente estatuto. **Art. 19.** A Companhia assegurará aos Diretores, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais, caso instalado, a defesa técnica jurídica, em processos judiciais e administrativos, que tenham por objeto fatos decorrentes ou atos praticados no exercício de suas atribuições legais ou institucionais no curso normal dos negócios, podendo a Companhia manter o contrato de seguro para a cobertura de despesas processuais, honorários advocatícios e indenizações decorrentes dos referidos processos. **§1º.** A garantia de defesa será assegurada mesmo após os administradores terem, por qualquer motivo, deixado o cargo ou cessado o exercício da função. **§2º.** A administração e o administrador interessado deverão escolher em conjunto o responsável pela defesa dos interesses do último, podendo a mesma ser patrocinada pelos advogados integrantes do quadro funcional da Companhia, desde que não haja conflito de interesses. **§3º.** Além da defesa técnica jurídica, a Companhia arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza, despesas administrativas e depósitos para garantia de instância. **§4º.** O administrador que for condenado ou responsabilizado, com sentença transitada em julgado, ficará obrigado a ressarcir à Companhia os valores efetivamente desembolsados, salvo quando evidenciado que agiu de boa-fé e visando o interesse social. **CAPÍTULO V - Conselho Fiscal. Art. 20.** A Companhia terá um Conselho Fiscal que não terá caráter permanente e somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da lei. **§1º.** O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. **§2º.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitados os limites legais. **§3º.** O Conselho Fiscal tem a competência prevista na Lei nº 6.404/76, conforme alterada pela Lei nº 10.303/01. **§4º.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lavradas no livro próprio. **§5º.** Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão o cargo até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição e poderão ser reeleitos. **CAPÍTULO VI - Exercício Social, Lucros e Dividendos; Art. 21.** O exercício social corresponderá ao ano civil, devendo a Companhia elaborar as demonstrações financeiras de que tratam o artigo 176 da Lei nº 6.404/76 ao fim de cada ano, podendo ser levantados balanços em períodos menores quando determinado pelo Conselho de Administração e observados os critérios da regulamentação em vigor. **§1º.** O Conselho de Administração poderá, obedecidos os limites legais, declarar dividendos intercalares à conta do lucro apurado nos balanços, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou de períodos menores, os quais poderão ser imputados ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. **§2º.** O Conselho de Administração também poderá deliberar por creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. **Art. 22.** Levantado o balanço, com observação das prescrições legais, apurado o resultado do exercício, feitas as deduções e a provisão para o pagamento do imposto sobre a renda, a Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração, poderá autorizar a compensação de eventuais prejuízos acumulados e observadas as disposições legais vigentes, o pagamento de participação nos lucros aos empregados e administradores, distribuindo o lucro da seguinte forma: I. 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, destinada a garantir a integridade do capital social, até que atinja 20% (vinte por cento) deste; II. o necessário, quando for o caso, para constituição de reservas para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404/76; III. o necessário para a eventual constituição de reserva dos lucros a realizar, nos termos do artigo 197 da Lei nº 6.404/76; IV. o necessário para a distribuição de dividendos aos acionistas, conforme decidir a Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração, observadas as disposições legais e estatutárias; V. observadas as destinações dos itens anteriores, até 71,25% (setenta e uma vírgula vinte e cinco por cento) para constituição de reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais, reserva esta que não poderá exceder o montante do capital social, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, e que tem por finalidade (a) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente; (b) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (c) financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia. **Parágrafo único.** O saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais não poderá ultrapassar o capital social. A Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deliberará sobre a aplicação do excesso em aumento de capital ou distribuição de dividendos aos acionistas. **Art. 23.** Ressalvadas as hipóteses previstas em lei, fica assegurado aos acionistas dividendo obrigatório igual a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76. **Art. 24.** Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório. **Art. 25.** O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social. **CAPÍTULO VII - Acordo de Acionistas. Art. 26.** Os acordos de acionistas devidamente registrados na sede da Companhia, que, dentre outras pactuações, estabeleçam cláusulas e condições para alienação de ações de emissão da Companhia, disciplinem o direito de preferência ou regulem o exercício do direito de voto dos acionistas, serão respeitados pela Companhia e por sua administração. **Parágrafo único.** As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Companhia e nos certificados de ações, se emitidos. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral ou das reuniões do Conselho de Administração, conforme o caso, deverá declarar a invalidade do voto proferido pelo acionista ou pelo Conselheiro em contrariedade de com os termos de tais acordos, ou ainda, no caso de ausência ou abstenção de acionistas ou Conselheiros, os outros acionistas prejudicados ou Conselheiros eleitos pelos acionistas prejudicados poderão votar com as ações ou votos pertencentes aos acionistas ou Conselheiros ausentes ou omissos, conforme o caso, nos termos do artigo 118, §§ 8º e 9º da Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01. **CAPÍTULO VIII - Liquidação. Art. 27.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral. (Aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de março de 2022).

ASGAARD NAVEGAÇÃO S.A.

CNPJ/ME nº 15.733.714/0001-86 - NIRE: 33.300.303.07-3
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2022. 1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Realizada no dia 17 de fevereiro de 2022, às 10:00 horas, na sede social da Asgaard Navegação S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro na Rua Lauro Muller, nº 116, 21º andar, salas 2601 e 2608, Botafogo, CEP 22290-160. 2. CONVOCÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação e publicação de anúncios em razão da presença da totalidade dos acionistas, conforme dispõe o artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. 3. MESA: Presidência pelo Sr. Eduard Leal Claassen e secretariada pela Sra. Denise Oliveira de Albuquerque. 4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre (i) a redução do capital social da Companhia nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, atualmente considerado excessivo, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; (ii) o aumento do capital social da Companhia mediante capitalização de créditos, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; (iii) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) a alteração do nome empresarial da Companhia com a consequente alteração do artigo 1º do Estatuto Social; e (v) a autorização à administração da Companhia para a tomada de todos os atos necessários à consumação das matérias contidas nos itens anteriores. 5. DELIBERAÇÕES: Após a análise das matérias constantes da ordem do dia, a acionista da Companhia decidiu: 5.1. Tendo em vista o capital social ser considerado excessivo em relação às atividades a serem desempenhadas pela Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, aprovar a redução do capital social da Companhia, passando o capital social **dos atuais** R\$ 251.980.587,16 (duzentos e cinquenta e um milhões, novecentos e oitenta mil, quinhentos e oitenta e sete reais e dezesseis centavos) **para** R\$ 94.885.223,13 (noventa e quatro milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e vinte e três reais e treze centavos), dividido em 38.000 (trinta e oito mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representando, portanto, **uma redução no montante** de R\$ 157.095.364,03 (cento e cinquenta e sete milhões, noventa e cinco mil, trezentos e sessenta e quatro reais e três centavos). A redução de capital ora aprovada tornar-se-á efetiva após o transcurso do prazo legal de 60 (sessenta) dias contados a partir da publicação da presente ata para 3 manifestação dos credores, conforme previsto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações. O valor da redução de capital ora aprovada será paga à única acionista da Companhia mediante a entrega (i) da totalidade das ações de emissão da Companhia de Navegação da Amazônia detidas pela Companhia; e (ii) de outros ativos e elementos patrimoniais de titularidade da Companhia. 5.2. Subsequentemente, uma vez efetivada a redução de capital de que trata o item 5.1 acima, aprovar o aumento de capital social da Companhia, mediante a capitalização de créditos detidos pela BOM (conforme abaixo qualificada) contra a Companhia no valor de R\$ 14.505.660,26 (quatorze milhões, quinhentos e cinco mil, seiscentos e sessenta reais e vinte e seis centavos), com a emissão de 38.000 (trinta e oito mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 381,72 (trezentos e oitenta e um reais e setenta e dois centavos) por ação, fixado com base no artigo 170, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em razão do aumento do capital social ora deliberado, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 94.885.223,13 (noventa e quatro milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e vinte e três reais e treze centavos), passa a ser de R\$ 109.390.883,39 (cento e nove milhões, trezentos e noventa mil, oitocentos e oitenta e três reais e trinta e nove centavos). 5.2.1. O aumento de capital ora aprovado é totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional pela Bourbon Offshore Marítima S.A., sociedade anônima constituída sob as leis do Brasil, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.487.991/0001-29, com sede na Praça Pio X, 55, 7º andar, salas 701-704, Centro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil ("BOM"), mediante a capitalização de todos os créditos relacionados a empréstimos celebrados por e entre a BOM como mutuante e a Companhia como mutuária, na forma de notas promissórias, conforme boletim de subscrição anexo à presente ata como Anexo I, e produzirá efeito uma vez efetivada a redução de capital de que trata o item 5.1 acima. 5.2.2. A acionista MLog S.A., por si e sua controlada Dutovias do Brasil S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.803.895/0001-70, com sede na Rua Guaicui, nº 20, sala 602, CEP 30380-380, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, consigna neste ato a renúncia expressa, em caráter irrevogável e irretratável, ao seu respectivo direito de preferência para a subscrição das ações emitidas nos termos do item 5.2 acima, o qual cede integral, irrestrita e gratuitamente à BOM, dispensando-se, por consequente, a fixação do prazo para o exercício do direito de preferência na subscrição das ações emitidas em decorrência do referido aumento do capital social. 5.3. Em razão das deliberações consignadas acima, alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar, uma vez efetivadas as deliberações acima, com a seguinte nova redação: "**DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES Artigo 5º.** O capital social é de R\$ 109.390.883,39 (cento e nove milhões, trezentos e noventa mil, oitocentos e oitenta e três reais e trinta e nove centavos), representado por 76.000 (setenta e seis mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro.** Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. **Parágrafo Segundo.** As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo Terceiro.** Nas hipóteses em que a lei conferir o direito de retirada a acionista dissidente de deliberação da Assembleia Geral, o valor do reembolso terá por base o valor do patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, observadas as disposições do artigo 45 da Lei nº 6.404/76." 5.4. Fixar em 04 (quatro) o número de membros do Conselho de Administração da Companhia. 5.5. Eleger os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, com um mandato de 1 (um) ano que se inicia nesta data e se encerrará em 17 de fevereiro de 2023: (a) **Luiz Claudio de Souza Alves**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 04.882.495-7, emitida pelo IFF/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 671.167.607-68, com endereço comercial na Rua Lauro Muller, nº 116, salas 2601 a 2608 (parte), cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22290-906, indicado pela Acionista MLog S.A.; (b) **Gustavo Barbeito de Vasconcellos Lantimant Lacerda**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 04.882.495-7, emitida pelo IFF/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 671.167.607-68, com endereço comercial na Rua Lauro Muller, nº 116, salas 2601 a 2608 (parte), cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22290-906, indicado pela Acionista MLog S.A.; (c) **Rodolphe Bouchet**, francês, casado, empresário, portador do passaporte nº 21DF01227, emitido pela Prefeitura de Alpes-Maritimes - Nice, com endereço na 20 Route de la Badine, 06600, Antibes, França, indicado pela Acionista Bourbon Offshore Marítima S.A.; e 5 (d) **Jean-Baptiste Philippe Claude Marie Bidet**, francês, casado, empresário, portador do passaporte nº 17FV07856, emitido pela Libreville - Consulado Geral da França, com endereço na 45 Boulevard Sakakini, 13004, Marselha, França, indicado pela Acionista Bourbon Offshore Marítima S.A. 5.5.1. Cada um dos membros do Conselho de Administração da Companhia ora eleito será investido no respectivo cargo mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia e declaração, sob as penas da lei, que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, ou a pena ou condenação criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou que o impeça de exercer atividades empresariais ou a administração de sociedades empresariais, na forma do Anexo II à presente ata. 5.5.2. Os membros do Conselho de Administração da Companhia ora eleitos nomearão entre si o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, com mandato igual ao dos demais membros, nos termos do Artigo Décimo do Estatuto Social da Companhia. 5.6. Aprovar a alteração do nome empresarial de Asgaard Navegação S.A. para Asgaard Bourbon Navegação S.A. 5.6.1. Em vista da deliberação tomada acima, aprovar a alteração do Artigo 1º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar a partir da presente data com a seguinte redação: "Art. 1º. A Asgaard Bourbon Navegação S.A. é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis." 5.7. Ratificar todas as demais cláusulas do Estatuto Social da Companhia não expressamente alteradas pelas deliberações ora aprovadas. 5.8. Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos que se fizerem necessários à implementação das deliberações ora aprovadas. 6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata em forma de sumário, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Eduard Leal Claassen - Presidente; e Denise Oliveira de Albuquerque - Secretária. Acionistas Presentes: Bourbon Offshore Marítima S.A. e MLog S.A. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2022. Mesa: EDUARD LEAL CLAASSEN - Presidente; DENISE OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE - Secretária; Acionistas: MLOG S.A. BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A. Conselheiros Eleitos: LUIZ CLAUDIO DE SOUZA ALVES; GUSTAVO BARBEITO DE VASCONCELLOS LANTIMANT LACERDA; RODOLPHE BOUCHE; JEAN-BAPTISTE PHILIPPE CLAUDE MARIE BIDET.

HMOBI PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 40.159.947/0001-64
NIRE 33.3.0033640-1 | Código CVM nº 2567-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2022. Ficam convidados os Srs. Acionistas da **HMOBI PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 1976 ("Lei das S.A.") e dos arts. 3º e 5º da Instrução CVM nº 481, de 2009, conforme alterada ("ICVM 481"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") no dia 18 de abril de 2022, às 11h, por meio da plataforma digital Microsoft Teams, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (A) **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria; (ii) relatório da administração e contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iv) fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022; e (v) instalação do Conselho Fiscal da Companhia, com a eleição dos seus membros. (B) **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) retificação dos itens 6.3 e 6.3.3 da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de novembro de 2021, e da redação do artigo 5º, de modo a refletir a cifra correta do seu capital social, conforme a destinação do preço de emissão de ações aprovada na ocasião; (ii) retificação dos itens 7.2 e 7.2.3 da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de janeiro de 2022 para registrar ajuste de redação; e (iii) a autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. Os acionistas poderão participar e votar na Assembleia por meio de sistema eletrônico. Não haverá a possibilidade de comparecimento físico à Assembleia, uma vez que essa será realizada de modo exclusivamente digital. Os acionistas interessados em participar da Assembleia deverão enviar e-mail para o endereço governançacorporativa@metrorio.com.br até 13 de abril de 2022, manifestando seu interesse em participar da Assembleia e solicitando o link de acesso ao sistema ("Solicitação de Acesso"). Os acionistas que não manifestarem o interesse na participação na Assembleia digital e não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui exigido não estarão aptos à participação na Assembleia. A Solicitação de Acesso deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e respectivos CPF ou CNPJ, conforme o caso, telefone e endereço de e-mail; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme descritos a seguir. Nos termos do artigo 126, da Lei das S.A., para participar da Assembleia os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos: (i) cópia do documento de identidade (Carteira de Identidade (Registro Geral) – RG, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, passaporte, carteira de identidade expedida por conselhos profissionais ou carteira funcional expedida por órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia datado de até 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembleia; (iii) caso aplicável, cópia do instrumento de outorga de poderes de representação e/ou documentos que comprovem os poderes de representante legal do acionista, devidamente regularizados na forma da lei e dos documentos constitutivos do respectivo acionista; e (iv) no que tange aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato emitido pelo órgão competente, datado de até 2 (dois) dias úteis dias antes da data de realização da Assembleia, contendo a respectiva participação acionária. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) último contrato ou estatuto social consolidado do respectivo acionista; e (b) ato societário aprovando a eleição do administrador que (b.i) comparecerá à Assembleia na qualidade de representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) outorgará procuração para que terceiro represente tal acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo acerca do titular de poderes para exercício de direito de voto atrelado a ações e ativos constantes da carteira do fundo. Nesse caso, além dos documentos societários acima mencionados e relacionados à gestora ou à administradora do fundo, o representante da gestora ou da administradora deverá, ainda, apresentar cópia autenticada (a) do último regulamento consolidado do fundo; ou (b) do estatuto social ou contrato social do seu administrador ou gestor, em conjunto com o ato societário de eleição do administrador que comparecerá à Assembleia como representante da pessoa jurídica ou outorgará procuração para que terceiro represente a respectiva acionista pessoa jurídica. Eventuais documentos de acionistas expedidos no exterior devem (a) conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público e ser apostilados, ou (b) caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), ser legalizados em Consulado brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia deverá ter sido realizada há menos de um ano, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi outorgada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga, com a designação de e extensão dos poderes conferidos. Será admitida assinatura digital na procuração, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, ou assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista ou administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem que haja necessidade de tal pessoa compor a administração da Companhia, ser acionista desta ou ser advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4.11.2014). A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital Microsoft Teams, para fins de participação na Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob o controle da Companhia. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nas páginas eletrônicas da Companhia (<http://hmobiri.invepar.com.br>), da CVM (<http://www.gov.br/cvm>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br/>). Rio de Janeiro, 18 de março de 2022. **Leonardo Armando Yamamoto** - Presidente do Conselho de Administração.

NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A. - NTS

CNPJ nº 04.992.714/0001-84 - NIRE 33.3.0026999-1

FATO RELEVANTE

A **NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A. – NTS**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 04.992.714/0001-84, com sede na Praia do Flamengo, nº 200, 23º andar, Flamengo, CEP 22210-901, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Companhia"), em cumprimento ao disposto da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e na Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, em continuidade ao Fato Relevante de 27 de dezembro de 2021, vem comunicar ao mercado em geral que foram iniciadas ofertas públicas com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("ICVM 476") e demais regulamentações aplicáveis, de (i) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia fidejussória, em série única, da acionista da Companhia, Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A. (CNPJ nº 21.375.343/0001-00) (respectivamente, "Emissão de Debêntures", "Debêntures" e "NISA"); e (ii) 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais da NISA, com garantia fidejussória, em série única ("Notas Comerciais" e "Emissão de Notas Comerciais", respectivamente), ambas as quais serão garantidas pela Companhia por meio de outorga de garantia fidejussória na forma de fiança ("Ofertas Restritas"). As Ofertas Restritas serão realizadas no Brasil, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A., na qualidade de coordenador líder, em conjunto com a UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da ICVM 476, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, conforme aplicável, e demais disposições legais e regulatórias aplicáveis. As Ofertas Restritas foram aprovadas por meio de assembleia geral extraordinária da NISA, realizada em 15 de março de 2022, e a outorga de garantia fidejussória pela Companhia no âmbito das Ofertas Restritas foi aprovada por meio de reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 15 de março de 2022 ("RCA"). Nos termos da escritura de Emissão de Debêntures e do termo de Emissão das Notas Comerciais, e ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo total ou parcial, amortização extraordinária ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e das Notas Comerciais, conforme o caso, ambas terão prazos de vencimento até 24 de março de 2032. Os recursos líquidos obtidos pela NISA com a Emissão de Debêntures e com a Emissão de Notas Comerciais serão integralmente utilizados para usos gerais da NISA, incluindo o pagamento de obrigação da NISA perante a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, decorrente da contribuição à NISA de acervo líquido representado por ações representativas do capital social da Companhia, conforme aumento do capital social da NISA aprovado em reunião de diretoria e assembleia geral extraordinária de acionistas realizadas em 16 de dezembro de 2021. As Ofertas Restritas estão automaticamente dispensadas do registro de distribuição pública pela CVM de que trata o artigo 19 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários e nos termos do artigo 6º da ICVM 476. Este Fato Relevante tem caráter meramente informativo, em atenção à legislação e regulamentação aplicáveis, não devendo ser interpretado como material publicitário da Emissão de Debêntures, Emissão de Notas Comerciais ou de venda das Debêntures ou das Notas Comerciais, nem tampouco como recomendação de investimento, ou como uma oferta para aquisição de quaisquer valores mobiliários da NISA, incluindo as Debêntures e Notas Comerciais objeto das Ofertas Restritas. Rio de Janeiro, 16 de março de 2022. **Alex Sandro Monteiro Barbosa da Silva** - Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores.

SUDELETRO S.A.

CNPJ 33.102.153/0001-07

CONVOCAÇÃO: São convidados os senhores acionistas para se reunirem em AGO a realizar-se em 05/04/2022, às 10 horas, na sede social à Praça Mahatma Gandhi 2, Grupo 921, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: A) Aprovação do Relatório, Balanço e Contas da Diretoria, relativos ao ano calendário encerrado em 31/12/2021; B) Destinação dos Resultados; C) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 15/03/2022. ass) Sílvia Vêras de Lacerda Guimarães - Presidente.

HPP 3 ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 06.099.658/0001-89 - NIRE:33.3.0030482-7

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2022

I. Data, Hora e Local da Assembleia: As 10:00 horas do dia 10 de março de 2022, na sede social da Companhia na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 07, sala 504 (parte), Barra da Tijuca, CEP 22640-102. **II. Quórum:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **III. Convocação:** Dispensada na forma do Parágrafo 4º, do Art. 124 da Lei 6.404/76. **IV. Mesa:** Presidente: Hamylton Pinheiro Padilha Júnior; Secretária: Adriana Padilha Mach Barreto. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a proposta de redução do capital social no montante de R\$ 1.675.000,00 (um milhão, seiscentos e setenta e cinco mil reais), por julgá-lo excessivo em relação ao objeto social desenvolvido pela Companhia, com base no art. 173 da Lei nº 6.404/76. **VI. Resoluções Aprovadas:** Os Acionistas presentes, representando a totalidade do capital social da Companhia, decidiram, por unanimidade e sem quaisquer reservas: a) Aprovar a redução do capital social, no valor de R\$ 1.675.000,00 (um milhão, seiscentos e setenta e cinco mil reais), por considerarem o capital social da Companhia excessivo com base no art. 173 da Lei 6.404/76, com restituição desse montante ao acionista **Hamylton Pinheiro Padilha Júnior**, em moeda corrente do país, junto ao cancelamento de 1.675.000 (um milhão, seiscentos e setenta e cinco mil) ações ordinárias pertencentes a esse mesmo acionista. Passando o capital social da Companhia, após a redução, de R\$2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais) para R\$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais); b) Aprovar, em consequência de redução indicada no item (a) cima, a modificação do *caput* do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia para estabelecer que o capital social passará dos atuais R\$2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais) para R\$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais), passando o referido Art. 5º a vigor com a seguinte redação: "Art. 5º - O capital social é de R\$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais), dividido em 425.000 (quatrocentos e vinte e cinco mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal." c) Registrar que as deliberações tomadas nesta Assembleia só se tornarão efetivas depois de transcorrido o prazo legal de 60 (sessenta) dias para oposição de credores quirográficos, na forma do Art. 174 da Lei nº 6.404/76; d) Fica a administração da Companhia plenamente autorizada a publicar esta ata, nos termos do Art. 174 da Lei 6.404/76, bem como praticar todos os demais atos necessários para a formalização da redução de capital ora aprovada; e e) Autorizar a lavratura da ata a que se refere a presente Assembleia na forma sumária, nos termos do Art. 130, parágrafo 1º da Lei 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, deram por encerrada a presente Assembleia, tendo-se antes feito lavrar a presente Ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos Acionistas presentes. **VIII. Acionistas Presentes:** **Hamylton Pinheiro Padilha Júnior** e **Adriana Padilha Mach Barreto**. Rio de Janeiro, 10 de março de 2022. **Hamylton Pinheiro Padilha Júnior** - Presidente; **Adriana Padilha Mach Barreto** - Secretária.

LUNGOMARE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/ME: 97.551.250/0001-51 - NIRE: 33.3.0029838-0

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convidados os Senhores Acionistas a se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que serão realizadas no dia 28 de março de 2022, às 10:00 horas, na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na sede social da Lungomare Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Miguel de Frias nº 77, sala 1701, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Deliberar sobre (a) o relatório da administração referente ao exercício social encerrado em 31.12.2021; (b) as contas dos administradores referente ao exercício social encerrado em 31.12.2021; (c) as Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31.12.2021; e (d) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2021; e (ii) Fixar a remuneração anual global da Diretoria da Companhia. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Ratificar as deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 24.02.2021, cuja ata foi registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 00004032582 em 16.03.2021. Niterói, 11 de março de 2022. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO** - Diretor-Presidente.

NOVA INFRAESTRUTURA GASODUTOS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 21.375.343/0001-00 - NIRE 33.3.0031390-7

FATO RELEVANTE

A **NOVA INFRAESTRUTURA GASODUTOS PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 21.375.343/0001-00 com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Birrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, Bloco 2, 2º e 3º andares, salas 201 a 204 e 301 a 304, Jacarepaguá, CEP 22775-028, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Companhia"), em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("ICVM 476"), e na Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, em continuidade ao Fato Relevante de 27 de dezembro de 2021, vem comunicar ao mercado em geral que foram iniciadas ofertas públicas com esforços restritos de distribuição, nos termos da ICVM 476 e demais regulamentações aplicáveis, de (i) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia fidejussória, em série única, da Companhia (respectivamente, "Emissão de Debêntures" e "Debêntures"); e (ii) 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais da Companhia, com garantia fidejussória, em série única ("Notas Comerciais" e "Emissão de Notas Comerciais", respectivamente) ("Ofertas Restritas"). As Ofertas Restritas serão realizadas no Brasil, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A., na qualidade de coordenador líder, em conjunto com a UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da ICVM 476, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, conforme aplicável, e demais disposições legais e regulatórias aplicáveis. As Ofertas Restritas foram aprovadas por meio de assembleia geral extraordinária da Companhia, realizada em 15 de março de 2022. Nos termos da escritura de Emissão de Debêntures e do termo de Emissão das Notas Comerciais, e ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo total ou parcial, amortização extraordinária ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e das Notas Comerciais, conforme o caso, ambas terão prazo de vencimento até 24 de março de 2032. As Debêntures e as Notas Comerciais serão garantidas, por meio de garantia fidejussória na forma de fiança, pela investida da Companhia, a Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS ("NTS") (CNPJ nº 04.992.714/0001-84), cuja outorga foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da NTS realizada em 15 de março de 2022. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão de Debêntures e com a Emissão de Notas Comerciais serão integralmente utilizados para usos gerais da Companhia, incluindo o pagamento de obrigação da Companhia perante a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, decorrente da contribuição à Companhia de acervo líquido representado por ações representativas do capital social da NTS, conforme aumento do capital social da Companhia aprovado em reunião de diretoria e assembleia geral extraordinária de acionistas realizadas em 16 de dezembro de 2021. As Ofertas Restritas estão automaticamente dispensadas do registro de distribuição pública pela CVM de que trata o artigo 19 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários e nos termos do artigo 6º da ICVM 476. Ressalta-se, por fim, que o presente fato relevante tem caráter exclusivamente informativo, em atenção à legislação e regulamentação aplicáveis, não devendo ser interpretado como material publicitário da Emissão de Debêntures, Emissão de Notas Comerciais ou de venda das Debêntures ou das Notas Comerciais, nem tampouco como recomendação de investimento, ou como uma oferta para aquisição de quaisquer valores mobiliários da Companhia, incluindo as Debêntures e Notas Comerciais objeto das Ofertas Restritas. Rio de Janeiro, 16 de março de 2022. **Fernando Ziziotti** - Diretor.

bexs

BEXS CORRETORA DE CÂMBIO S/A

CNPJ: 52.937.216/0001-81

Relatório da Administração em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Aos Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores da Bexs Corretora de Câmbio S/A.

São Paulo - SP

A Diretoria da Bexs Corretora de Câmbio S/A, em cumprimento às disposições legais, apresenta as Demonstrações Financeiras acompanhadas das suas respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, sendo todos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os documentos foram elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas também estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e de acordo com o modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Este documento lista os pontos principais dentro dos processos desenvolvidos durante este exercício pela Bexs Corretora de Câmbio S/A.

Auditoria

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, orientantes de que durante o exercício de 2021 os Auditores Independentes prestaram, exclusivamente, serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, sem realizar quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesse e perda de independência ou de objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Sustentabilidade

A Bexs Corretora de Câmbio S/A adota as melhores práticas de sustentabilidade em seus negócios. Sua política interna de responsabilidade socioambiental contempla os termos da Resolução CMN nº 4.327, de 25 de abril de 2014, bem como o modelo de controle que deve ser adotado em relação às operações. Os clientes, parceiros e fornecedores, possibilitando a avaliação e consequente mitigação do risco socioambiental. A gestão do Risco Socioambiental tem como escopo a avaliação e análise de clientes, parceiros e fornecedores, incluindo a avaliação de compliance e a exigência de que, em todos os contratos firmados, conste cláusula prevendo as questões relacionadas ao meio ambiente, trabalho análogo ao escravo e trabalho infantil, a fim de que sejam identificados os riscos associados à eventuais danos socioambientais. Por fim, cumpre enfatizar que a Bexs Corretora de Câmbio S/A apoia projetos em áreas sociais, de saúde, culturais, educacionais e esportivas em entidades reguladas pelos órgãos competentes.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Ativo	Notas	2021		2020	
		4	274	248	248
Disponibilidades					
Outros Ativos	5	449	426		
Ativo Total		723	674		

Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

A Bexs Corretora de Câmbio S/A, com o compromisso constante de prevenir e combater a lavagem de dinheiro, o financiamento ao terrorismo e a corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações vigentes. Reafirmando essa premissa, o Bexs Banco de Câmbio S/A atua ativamente no aprimoramento dos controles existentes, fundamentais para o processo de prevenção e detecção de situações com indícios de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Esta estrutura prevê instrumentos de controle, análise e acompanhamento das operações realizadas com clientes e parceiros de forma individualizada. Os sistemas de controles e o monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. A área de Compliance é responsável por assegurar o cumprimento dos preceitos previstos nas normas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e o regular funcionamento dos controles, reportando-se para a Diretoria responsável pelas atribuições definidas na Circular BACEN nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020. Por fim, a Bexs Corretora de Câmbio S/A mantém programa de treinamento institucional de PLD/CFE para o quadro de colaboradores de forma online, com periodicidade anual, aplicação de teste e emissão de certificados de conclusão, em linha com as melhores práticas de mercado.

Conjuntura Econômica

Conjuntura Internacional 2021 e 2022

As principais economias no mundo tiveram um ano de recuperação econômica, conforme esperado. Segunda estimativa recente do Banco Mundial, em 2021, nos Estados Unidos o PIB cresceu 5,6%, na China 8% e na Zona Euro 5,2%. Entre as principais razões para essa recuperação estão os incentivos fiscais concedidos pelos bancos centrais em 2020 e 2021, bem como a recuperação do setor de serviços e do comércio internacional. As transações de exportação e importação, em escala global, devem ter superado a marca de 20% em comparação ao ano anterior (UNCTAD). Salienta-se que continuamos com entraves em algumas cadeias produtivas específicas, a escassez de semicondutores é um dos exemplos mais flagrantes do desarranjo causado pela pandemia. O bom humor nas principais bolsas e respectivos índices norte-americanos atesta a temperatu-

ra do ano. O S&P 500 conheceu uma valorização de 26,9%, Dow Jones Industrial Average (DJIA) 18,7% e o Nasdaq Composite 21,4%. Para o setor de serviços a principal explicação da recuperação é a normalização da rotina social, das viagens, vendas no varejo, etc. Em 2021, mais de 4,5 bilhões de pessoas receberam pelo menos uma dose de vacina, o que diminui o impacto da pandemia, inclusive considerando as novas variantes. Para o próximo ano as previsões permanecem positivas, mas até por conta da base comparativa de 2021 ser mais robusta, os números serão mais modestos. O mesmo Banco Mundial estima o crescimento dos Estados Unidos em 3,7%, da China em 5,1% e da Zona Euro em 4,2%. A recuperação do setor de serviços e o avanço da digitalização na indústria e nos principais setores estão entre as causas do desenvolvimento da atividade econômica. Em contrapartida, os principais bancos centrais do mundo adotaram políticas monetárias mais restritivas para conter a inflação inflacionária. Nos Estados Unidos, a inflação superou o patamar de 6%, se equiparando aos índices dos anos 80 há 40 anos atrás. Devido aos altos índices, a inflação será combatida no hemisfério norte ao longo de 2022.

Conjuntura Nacional 2021 e 2022

Para o Brasil, em 2021, a previsão do órgão internacional é de um crescimento de 4,9% do PIB. Entre os destaques do país, e até corroborando a retomada do comércio internacional, nossa corrente comercial (importações somadas às exportações) atingiu o recorde de US\$ 499,8 bilhões e um saldo comercial de US\$ 61 bilhões, valor 21% superior ao de 2020. Essa expansão ocorreu nas duas vias. As exportações tiveram um crescimento de 34% e as importações cresceram ainda mais, 38,2%. Seguindo o prisma de integração econômica entre o Brasil e o mundo, no último Relatório FOC (BCB) de 2021, a estimativa de investimentos diretos era de US\$ 52 bilhões, 53% acima dos US\$ 34 bilhões de 2020. O Brasil também enfrenta o fenômeno global da inflação. A expectativa é que o IPCA fechou o ano acima de 10%. Como resposta à escalada inflacionária, o Banco Central do Brasil (BCB) elevou a taxa básica de juros de 2% para 9,25% nesse ano. A subida da taxa de juros figura entre os principais fatores para que a Bolsa e o Ibovespa tenham obtido um resultado negativo, uma desvalorização de 11,9% do índice. Outro fenômeno econômico relevante, foi a oscilação do câmbio ao longo do ano. A cotação do dólar fechou a R\$ 5,57 após ter atingido

R\$ 4,90 em junho. O país deve auferir seu primeiro superávit fiscal em 7 anos, mesmo assim o tema das contas públicas foi muito debatido. Como fator exógeno, temos a sinalização do aperto monetário nas economias mais desenvolvidas o que traz desafios adicionais para as economias emergentes como a brasileira. Em 2021, os negócios relacionados à digitalização da economia floresceram. Espera-se que o e-commerce tenha atingido dois dígitos de variação positiva, no primeiro semestre o crescimento foi de 31%. Outra vertente promissora no campo da inovação foram os investimentos de Venture Capital. Os aportes de *late stage*, direcionados às startups mais maduras, representaram um terço das negociações e explicam o volume recorde: US\$ 9,4 bilhões, ou crescimento de 169% em relação a 2020. Espera-se (Banco Mundial) que o Brasil cresça 1,4%. A taxa básica de juros chegará a 11,5%, em contrapartida a inflação será reduzida pela metade ficando a 5,03% no final do ano. O dólar fechará em R\$ 5,60. Os custos de energia que pressionaram os preços em 2021 podem jogar a favor da economia e acelerar a redução da inflação, mas somente ao final do atual verão teremos mais clareza sobre o cenário de oferta de energia de origem hídrica. Alguns fatores podem surpreender e impulsionar a economia do país como a continuidade da dinâmica positiva do comércio internacional beneficiando a agronegócio e as cadeias de commodities, e a conclusão dos mandatos nas esferas federal e estadual. Historicamente os investimentos públicos são aportados com maior vigor e grandes projetos de infraestrutura são concluídos neste período.

Desempenho dos Negócios

Frete a esse cenário, os Administradores do Conglomerado Bexs avaliam como bom o desempenho do Conglomerado Bexs, o que fica evidenciado em suas demonstrações financeiras aqui apresentadas. Em relação ao capital, o índice de Basileia total encerrou o exercício de 2021 em 20,47%. Os assuntos referentes ao Contexto Operacional, Gerenciamento de Risco e Ouvidoria encontram-se em suas Notas Explicativas. Assim sendo, a Diretoria agradece aos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 16 de março de 2022.

Diretoria

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	2º Semestre		Exercícios
	2021	2021	
(Prejuízo) Líquido do Semestre/Exercícios	(115)	(296)	(304)
Ajustes ao (Prejuízo) Líquido	20	37	19
Provisões para passivos contingentes	4	43	19
Atualização de depósitos judiciais	(10)	(6)	(10)
(Aumento)/Redução dos Ativos Operacionais	7	(17)	79
Outros ativos	7	(17)	79
Aumento / (Redução) dos Passivos Operacionais	(44)	(48)	(284)
Contingências trabalhistas	(27)	(38)	(245)
Outros passivos	(17)	(10)	(39)
Caixa Líquido Proveniente de (Aplicado em) Atividades Operacionais	(132)	(324)	(500)
Atividades de Financiamentos			
Aporte de capital para absorção de prejuízos acumulados	150	350	400
Caixa Líquido Proveniente de (Aplicado em) Atividades de Financiamentos	150	350	400
Aumento / (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	18	26	(100)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	256	248	348
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	274	274	248
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	18	26	(100)

Limites operacionais

Os requerimentos mínimos do Patrimônio de Referência, do Nível I e do Capital Principal, são apurados com base no Conglomerado Prudencial, de acordo com a Resolução CMN nº 4.280, de 31 de outubro de 2012, por meio de metodologias definidas nas Resoluções CMN nº 4.192 e nº 4.193, ambas de 1 de março de 2013. Em 31 de dezembro de 2021, os limites operacionais estão devidamente atendidos, com confortável margem reportada entre o Patrimônio de referência e o mínimo exigido para o RWA. A situação do Conglomerado Bexs em relação ao risco da exposição das operações financeiras está assim representada:

	Dezembro/2021
Ativos ponderados pelo risco RWA (Risk Weighted Asset)	533.424
Patrimônio de referência para comparação com RWA	109.200
Patrimônio de referência mínimo exigido para o RWA	42.673
Índice de Basileia	20,47%

Partes relacionadas

A Bexs Corretora de Câmbio S/A não possui transações em 31/12/2021 e 31/12/2020 com nenhuma parte a ela relacionada. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Os administradores não obtiveram remuneração nos exercícios de 2021 e 2020.

Gerenciamento de risco operacional

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, art. 32º, a Bexs Corretora de Câmbio S/A gerencia seus riscos operacionais em consonância com as disposições regulamentares e com as melhores práticas de mercado. A Diretoria está conscientizada e engajada na gestão do referido risco, tendo definido e aprovado a política de gerenciamento, coordenado às atividades de gestão relacionadas a esse risco, disponibilizando recursos humanos e materiais adequados para tal fim. A estrutura está disponível em seu site na seção "Governança Corporativa" (https://www.bexs.com.br/governanca-corporativa/).

Gerenciamento de risco de mercado

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, art. 25º, a Bexs Corretora de Câmbio S/A possui estrutura de gerenciamento de risco de mercado, a qual é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição em taxas de juros e taxas de câmbio da instituição. As aplicações financeiras são concentradas em ativos de emissão do governo federal. A política de gerenciamento de risco de mercado contempla decisões relativas à utilização de derivativos e hedge. A estrutura está disponível em seu site na seção "Governança Corporativa" (https://www.bexs.com.br/governanca-corporativa/).

Gerenciamento de risco de liquidez

Em observância ao que estabelece a Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, art. 37º, a Bexs Corretora de Câmbio S/A possui política de gerenciamento de risco de liquidez compatível com a complexidade de suas operações e adequada ao fluxo de entradas e saídas das operações de câmbio que intermedia, além das saídas para liquidar compromissos administrativos. A estrutura está disponível em seu site na seção "Governança Corporativa" (https://www.bexs.com.br/governanca-corporativa/).

Gerenciamento de capital

Os objetivos da Bexs Corretora de Câmbio S/A na gestão de capital concentram-se principalmente nos seguintes aspectos: • Cumprir as exigências estabelecidas pelos órgãos reguladores dos mercados onde opera; • Salvaguardar a capacidade operacional de forma que continue proporcionando retorno aos acionistas e benefícios aos demais "stakeholders"; e • Manter base de capital para suportar o desenvolvimento de seus negócios. A adequação da quantidade de capital da Corretora e o seu uso são monitorados por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Comitê de Basileia, e na forma orientada pelo Banco Central do Brasil para fins de supervisão. As informações exigidas são submetidas periodicamente ao órgão competente. A estrutura está disponível em seu site na seção "Governança Corporativa" (https://www.bexs.com.br/governanca-corporativa/).

20. Política de responsabilidade socioambiental A Bexs Corretora de Câmbio S/A tem sua política de Responsabilidade Socioambiental divulgada a todos os seus colaboradores e gerencia seus riscos socioambientais nos termos da Resolução CMN nº 4.327, de 25 de abril de 2014. A estrutura está disponível em seu site na seção "Governança Corporativa" (https://www.bexs.com.br/governanca-corporativa/).

Ouvidoria

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433, de 23 de julho de 2015.

Mensuração dos efeitos decorrentes da Covid-19 nas demonstrações financeiras

Durante o ano de 2021 a Administração da Bexs Corretora de Câmbio S/A continuou com uma série de medidas para proteção e suporte a seus colaboradores, clientes, parceiros comerciais e fornecedores, que incluem o uso do trabalho remoto e o estímulo ao uso dos canais digitais, possibilitando a continuidade dos negócios.

Resultado recorrentes

Nos exercícios de 2021 e 2020 a Corretora de Câmbio S/A não incorreu em qualquer "Resultado não recorrente" que requeresse divulgação em separado em suas demonstrações financeiras.

Diretoria

Delmir Araujo Mineiro - Contador - CRC-ISP 136.172/0-0

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social		Prejuízos acumulados		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.610	1.610	(1.243)	(1.243)	367	367
Aporte para absorção de prejuízos acumulados	-	-	400	400	400	400
Prejuízo do exercício	-	-	(304)	(304)	(304)	(304)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.610	1.610	(1.147)	(1.147)	463	463
Mutações do período	-	-	(96)	(96)	(96)	(96)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.610	1.610	(1.147)	(1.147)	463	463
Aporte para absorção de prejuízos acumulados	-	-	350	350	350	350
Prejuízo do exercício	-	-	(296)	(296)	(296)	(296)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.610	1.610	(1.093)	(1.093)	517	517
Mutações do período	-	-	54	54	54	54
Saldos em 30 de junho de 2021	1.610	1.610	(1.50)	(1.50)	150	150
Aporte para absorção de prejuízos acumulados	-	-	(115)	(115)	(115)	(115)
Prejuízo do semestre	-	-	(35)	(35)	(35)	(35)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.610	1.610	(1.093)	(1.093)	517	517
Mutações do período	-	-	(35)	(35)	(35)	(35)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Bexs Corretora de Câmbio S/A ("Corretora") é uma instituição de capital fechado e sua matriz está localizada na av. das Nações Unidas, nº 11.633, na cidade de São Paulo - SP, Brasil. Tendo como sua única acionista e controladora a companhia Didier Levy Associados Holding Financeira S/A. A Corretora tem como objeto social a realização de operações e serviços de câmbio, prestação de serviços de assessoria técnica em operações de câmbio, intermediação e prática de operações no mercado de câmbio e outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil. A acionista encontra-se em negociações avançadas com a Avenue Securities para transferência de 100% das ações da Corretora.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.327, de 25 de abril de 2014 e alterações da Lei nº 6.404/1976 e alterações da lei nº 11.638/2007 (anexadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aplicável. A apresentação destas Demonstrações Financeiras está em conformidade com o plano de contas das instituições do sistema financeiro nacional - COSIF. b) O Banco Central do Brasil com intuito de reduzir as diferenças das demonstrações financeiras entre o modelo de balanço patrimonial que são apresentados em ordem de liquidez e exigibilidade; ii) a nova estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício que reduziu o número de contas visando se aproximar ao padrão internacional; iii) os créditos tributários que passaram a assumir nova nomenclatura "ativo e passivo fiscal diferido" passando a ser apresentado em grupos separados especificamente no realizável e exigível a longo prazo; e iv) evidenciado em nota explicativa específica dos resultados recorrentes e não recorrentes. Abaixo a conciliação dos saldos apresentados com modificações de saldos ou nomenclaturas do período anterior.

Classificação conforme Cosif	31/12/2020	01/01/2021	Resolução BCB nº 02/2020
	Disponibilidades	248	248
Outros créditos	426	426	Outros ativos
ATIVO TOTAL	674	674	

Classificação conforme Cosif	31/12/2020	01/01/2021	Resolução BCB nº 02/2020
	Outras obrigações	2	2
Provisões	40	40	Outros passivos
Provisões para contingências	169	169	Contingências trabalhistas
Capital social	1.610	1.610	Capital social
Prejuízo acumulado	(1.147)	(1.147)	Prejuízos acumulados
PASSIVO TOTAL	674	674	

A Corretora optou por apresentar o Balanço Patrimonial Ativo e Passivo no ordem de liquidez e na exigibilidade, respectivamente, nos termos do Art. 23 da Resolução BCB nº 02 de 12/08/2020. c) A Administração da Bexs Corretora de Câmbio S/A aprovou as demonstrações financeiras em 16 de março de 2022, as quais estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância tanto com as normas e resoluções estabelecidas pelo Banco Central do Brasil quanto pelo Conselho Monetário Nacional. Tais demonstrações incluem as melhores estimativas e premissas quanto à mensuração de provisões para perdas e contingências, apesar das incertezas inerentes aos prazos de realização e valores. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração dos resultados: As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência *pro rata* dia. **b) Disponibilidades e caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto. Essas aplicações, cujos vencimentos se dão em até 90 dias, têm como objetivo gerenciar os compromissos de curto prazo e estão reconhecidas pelos respectivos valores de aquisição, com seus rendimentos reconhecidos até a data do balanço. A composição das disponibilidades registradas em caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 4. **c) Moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos mon-

tários são reconhecidos nas demonstrações dos resultados. **d) Ativo circulante e realizável a longo prazo:** Estão demonstrados pelos valores de custo e/ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Com o objetivo de realizar uma melhor interpretação e conciliação com as Notas Explicativas. **e) Provisões, ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, sendo: **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. **Provisões:** São constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos quanto à natureza das ações, a similaridade com processos anteriores e o posicionamento de tribunais. São constituídas provisões quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança e quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma eventual saída de recursos para a liquidação das obrigações. **Passivos contingentes:** De acordo com o CPC 25, o termo utilizado para passivos que não são reconhecidos contabilmente, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas. **f) Passivo circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrado pelos valores das obrigações assumidas e provisionadas até a data do balanço. Com o objetivo de realizar uma melhor interpretação e conciliação com as Notas Explicativas. **g) Provisão para imposto de renda/contribuição social:** O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro foram calculados com base no lucro tributável ajustado nos termos da legislação pertinente. **h) Resultado recorrente e não recorrente:** Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades usuais da Corretora em seu contexto de negócios, ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro. Enquanto o resultado não recorrente caracteriza-se pela sua ocorrência como eventos extraordinários e/ou imprevisíveis, com tendência de não se repetir no futuro.

4. Disponibilidades

Disponibilidades e caixa e equivalentes de caixa "estavam compostos da seguinte forma na data-base de 31/12/2021 e 31/12/2020:

	2021	2020
Composição		
Depósitos bancários	94	67
Disponibilidades em moedas estrangeiras	180	181
Total Disponibilidades e caixa e equivalentes de caixa	274	248
5. Outros Ativos		
Os valores de "Outros ativos" estavam compostos da seguinte forma na data-base de 30/12/2021 e 31/12/2020:		
Composição	2021	2020
Devedores por depósitos em garantias	415	374
Introposição de recursos trabalhistas	22	40
Impostos e contribuições a recuperar	12	12
Total	449	426
Circulante	-	-
Não circulante	449	426
Total	449	426

6. Provisões - Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis

A Corretora é parte em processos administrativos e ações judiciais decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, em análise das demandas judiciais pendentes e em decisões anteriores, às qualidades reivindicadas, constituiu provisões em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas com as ações em curso:

	2021	2020	Expectativa de perda
Processos			
Fiscais	3	2	Possível
Trabalhistas	1	3	Provável
Cíveis	1	1	Possível
Administrativos	2	2	Possível

Processos fiscais: A Corretora figurava como parte em processos que versam sobre matéria fiscal, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo três ações de risco possível no valor de R\$ 3.183 (em 2020 R\$ 2.760). As contingências fiscais referem-se, principalmente, às discussões judiciais relativas à fiscalização da Receita Federal e Conselho Regional de Economia em São Paulo.

Processos trabalhistas: A Corretora figurava como parte em processos trabalhistas. Os principais temas abordados nesses processos versam sobre diferenças salariais, PLR, benefícios das normas coletivas, horas extras, indenização por danos morais, dentre outros. O montante total discutido das ações classificadas com risco provável é de R\$ 174 (em 2020 R\$ 169). Efeetuamos a provisão de R\$ 174 (em 2020 - R

bexs

The world wide bank

Aos Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores do Bexs Banco de Câmbio S/A.

São Paulo - SP
A Diretoria do Bexs Banco de Câmbio S/A, em cumprimento às disposições legais, apresenta as Demonstrações Financeiras acompanhadas das suas respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, sendo todos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os documentos foram elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas também estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e também de acordo com o modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Este documento lista os pontos principais dentre todos os processos desenvolvidos durante este exercício pelo Bexs Banco de Câmbio S/A.

Auditoria
De acordo com a Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, informamos que durante o exercício de 2021 os Auditores Independentes prestaram, exclusivamente, serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, sem realizar quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesse e perda de independência ou de objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Sustentabilidade
O Bexs Banco de Câmbio S/A adota as melhores práticas de sustentabilidade em seus negócios. Sua política interna de responsabilidade socioambiental contempla os termos da Resolução CMN nº 4.327, de 25 de abril de 2014, bem como o modelo de controle que deve ser adotado em relação às operações, clientes, parceiros e fornecedores, possibilitando a avaliação e consequente mitigação do risco socioambiental. A gestão do Risco Socioambiental tem como escopo a avaliação e análise de clientes, parceiros e fornecedores, incluindo a avaliação de *compliance* e a exigência de que, em todos os contratos firmados, conste cláusula prevendo as questões relacionadas ao meio ambiente, trabalho análogo ao escravo e trabalho infantil, a fim de que sejam identificados os riscos associados a eventuais danos socioambientais. Por fim, cumpre enfatizar que o Bexs Banco de Câmbio S/A apoia projetos em áreas sociais, de saúde, culturais, educacionais e esportivas em entidades

reguladas pelos órgãos competentes.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo
O Bexs Banco de Câmbio S/A, com o compromisso constante de prevenir e combater a lavagem de dinheiro, o financiamento ao terrorismo e a corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações vigentes. Reafirmando essa premissa, o Bexs Banco de Câmbio S/A atua ativamente no aprimoramento dos controles existentes, fundamentais para o processo de prevenção e detecção de situações com indícios de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Esta estrutura prevê instrumentos de controle, análise e acompanhamento das operações realizadas com clientes e parceiros de forma individualizada. Os sistemas de controles e o monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. A área de Compliance é responsável por assegurar o cumprimento dos preceitos previstos nas normas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e o regular funcionamento dos controles, reportando-se para a Diretoria responsável pelas atribuições definidas na Circular BACEN nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020. Por fim, o Bexs Banco de Câmbio S/A mantém programa de treinamento institucional de PLD/CTT para o qual os colaboradores de forma online, com periodicidade anual, aplicação de teste e emissão de certificados de conclusão, em linha com as melhores práticas de mercado.

Conjuntura Econômica
Conjuntura Internacional 2021 e 2022
Segundo a *Conjuntura Internacional 2021 e 2022*, em comparação com o ano de recuperação econômica, conforme esperado. Segunda estimativa recente do Banco Mundial, em 2021, nos Estados Unidos o PIB cresceu 5,6%, na China 8% e na Zona Euro 5,2%. Entre as principais razões para essa recuperação estão os incentivos fiscais concedidos pelos bancos centrais em 2020 e 2021, bem como a recuperação do setor de serviços e do comércio internacional. As transações de exportação e importação, em escala global, devem ter superado a marca de 20% em comparação ao ano anterior (UNCTAD). Salvo se os riscos continuarem com entaves em algumas cadeias produtivas específicas, a escassez de semicondutores é um dos exemplos mais flagrantes do desarranjo causado pela pandemia. O bom humor nas principais bol-

sas e respectivos índices norte-americanos atesta a temperatura do ano. O S&P 500 concebeu uma valorização de 26,9%, Dow Jones Industrial Average (DJIA) 18,7% e o Nasdaq Composite 21,4%. Para o setor de serviços a principal explicação da recuperação é a normalização da rotina social, das viagens, vendas no varejo, etc. Em 2021, mais de 4,5 bilhões de pessoas receberam pelo menos uma dose de vacina, o que diminuiu o impacto da pandemia, inclusive considerando as novas variantes. Para o próximo ano as previsões permanecem positivas, mas até por conta da base comparativa de 2021 ser mais robusta, os números serão mais modestos. O mesmo Banco Mundial estima o crescimento dos Estados Unidos em 3,7%, da China em 5,1% e da Zona Euro em 4,2%. A recuperação do setor de serviços e o avanço da digitalização na indústria e nos principais setores estão entre as causas do desenvolvimento da atividade econômica. Em contrapartida, os principais bancos centrais do mundo adotaram políticas monetárias mais restritivas para conter a onda inflacionária. Nos Estados Unidos, a inflação superou o patamar de 6%, se equiparando aos índices dos anos 80 há 40 anos atrás. Devido aos altos índices, a inflação será combatida no hemisfério norte e ao longo de 2022.

Conjuntura Nacional 2021 e 2022
Para o Brasil, em 2021, a previsão do órgão internacional é de um crescimento de 4,9% do PIB. Entre os destaques do país, e até corroborando a retomada do comércio internacional, nossa corrente comercial (importações somadas às exportações) atingiu o recorde de US\$ 499,8 bilhões e um saldo comercial de US\$ 61 bilhões, valor 21% superior ao de 2020. Essa expansão ocorreu nas duas vias. As exportações tiveram um crescimento de 34% e as importações cresceram ainda mais, 38,2%. Seguindo o prisma de integração econômica entre o Brasil e o mundo, os investimentos diretos somaram US\$ 46,4 bilhões em 2021, 23% acima dos US\$ 37,8 bilhões de 2020. O Brasil também enfrenta o fenômeno global da inflação. A expectativa é que o IPCA fechou o ano acima de 10%. Como resposta à escalada inflacionária, o Banco Central do Brasil (BCB) elevou a taxa básica de juros de 2% para 9,25% nesse ano. A subida da taxa de juros figura entre os principais fatores para que o principal índice da Bolsa, o Ibovespa, tenha obtido um resultado negativo. Outro fenômeno econômico relevante, foi a oscilação do câmbio ao longo do ano. A cotação do dólar fechou a R\$ 5,57 após ter atingido R\$ 4,90 em junho. O país deve auferir seu primeiro superávit fiscal em 7

anos, mesmo assim o tema das contas públicas foi muito debatido. Como fator exógeno, temos a sinalização do aperto monetário nas economias mais desenvolvidas o que traz desafios adicionais para as economias emergentes como a brasileira. Em 2021, os negócios relacionados à digitalização da economia floresceram. Espera-se que o e-commerce tenha atingido dois dígitos de variação positiva, no primeiro semestre o crescimento foi de 31%. Outra vertente promissora no campo da inovação foram os investimentos de Venture Capital. Os aportes de *late stage*, direcionados às startups mais maduras, representam um terço das negociações e explicam o volume recorde: US\$ 9,4 bilhões, ou crescimento de 166% em relação a 2020. Em 2022, espera-se (Banco Mundial) que o Brasil cresça 1,4%. A taxa básica de juros chegará a 11,5%, em contrapartida a inflação seria reduzida pela metade ficando a 5,03% no final do ano. O dólar fecharia em R\$ 5,60. Os custos de energia que pressionaram os preços em 2021 podem jogar a favor da economia e acelerar a redução da inflação, mas somente ao final do atual verão teremos mais clareza sobre o cenário de oferta de energia de origem hídrica. Alguns fatores podem surpreender e impulsionar a economia do país como a continuidade da dinâmica positiva do comércio internacional beneficiando o agronegócio e as cadeias de commodities, e a conclusão dos mandatos nas esferas federal e estadual. Historicamente os investimentos públicos são aportados com maior vigor e grandes projetos de infraestrutura são concluídos neste período.

Aplicações Financeiras
Representada por títulos de emissão do Tesouro Nacional, foram classificadas nas categorias "disponível para venda".

Desempenho dos Negócios
Frente a esse cenário, os Administradores do Conglomerado Bexs avaliam como bom o desempenho do Conglomerado Bexs, o que fica evidenciado em suas demonstrações financeiras aqui apresentadas. Em relação ao capital, o índice de Basileia total encerrou o exercício de 2021 em 20,47%. Os assuntos referentes ao Centro Operacional, Gerenciamento de Risco e Ouvidoria encontram-se em suas Notas Explicativas. Assim sendo, a Diretoria agradece aos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.
São Paulo, 16 de março de 2022.
A Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	Notas	2021	2020
Ativo			
Disponibilidades	4	36.540	20.172
Instrumentos Financeiros		219.457	185.076
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	202.276	170.114
Títulos e valores mobiliários	6	15.631	14.933
Relações interfinanceiras		1.550	29
Outros Ativos	7	58.134	134.398
Ativo Fiscal Diferido	8	3.679	59
Reservado de Uso	9	1.408	8.059
Intangível	10	1.166	1.013
Depreciações e Amortizações	9,10	(4.490)	(3.523)
Ativo Total		322.894	345.254

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais)					
	Capital social	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	50.000	36.679	(18)	86.661	(54)
Ajuste ao valor de mercado de TVM	-	-	(54)	-	(54)
Lucro do exercício	-	-	-	40.542	40.542
Destinações:					
Reservas	-	28.761	-	(28.761)	(11.781)
Dividendos distribuídos	-	-	(72)	-	(11.781)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	50.000	65.440	(72)	115.368	28.761
Mutações do período	-	28.761	(54)	-	28.761
Saldos em 31 de dezembro de 2020	50.000	65.440	(72)	115.368	28.761
Ajuste ao valor de mercado de TVM	-	-	24	-	24
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.169)	(3.169)
Destinações:					
Reservas	-	(3.169)	-	3.169	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	50.000	62.271	(48)	112.223	(3.169)
Mutações do período	-	(3.169)	24	-	(3.169)
Saldos em 30 de junho de 2021	50.000	65.369	(94)	115.275	-
Ajuste ao valor de mercado de TVM	-	-	46	-	46
Prejuízo do semestre	-	-	-	(3.098)	(3.098)
Destinações:					
Reservas	-	(3.098)	-	3.098	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	50.000	62.271	(48)	112.223	(3.098)
Mutações do período	-	(3.098)	46	-	(3.098)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional O Bexs Banco de Câmbio S/A ("Banco") é uma instituição de capital fechado e sua matriz está localizada na Av. das Nações Unidas, nº 11.633, na cidade de São Paulo - SP, Brasil. O Banco tem como sua única acionista e controladora a companhia Didier Levy Associados Holding Financeira S/A. O Banco tem por objeto social a realização de operações e serviços de câmbio, intermediação e a prática de operações no mercado de câmbio e outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

2. Apresentação das demonstrações financeiras As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976 e alterações em lei 11.638/2007) associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aplicável. A apresentação destas Demonstrações Financeiras está em conformidade com o plano de contas das instituições do sistema financeiro nacional - COSIF.

a) As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976 e alterações em lei 11.638/2007) associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aplicável. A apresentação destas Demonstrações Financeiras está em conformidade com o plano de contas das instituições do sistema financeiro nacional - COSIF.

b) O Banco Central do Brasil com intuito de reduzir as diferenças da divulgação das demonstrações financeiras entre o determinado pelo Cosif em relação aos padrões das demonstrações financeiras internacionais (regulamentadas pelas normas internacionais de contabilidade IFRS), regulamentou com base na Resolução CMN nº 4.818/2020 novos procedimentos para elaboração de divulgação das demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Resolução BCB nº 02/2020 determinou as diretrizes e novos critérios que passaram a ser obrigatórios sua aplicabilidade. As principais diretrizes provenientes dessa Resolução foram **i)** a nova estrutura e as contas do Balanço Patrimonial que são apresentados em ordem de liquidez e exigibilidade; **ii)** a nova estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício que reduziu o número de contas visando se aproximar ao padrão internacional; **iii)** os créditos tributários que passaram a assumir nova nomenclatura "ativo e passivo fiscal diferido", passando a ser apresentado em grupos separados especificamente no realizável e exigível a longo prazo; e **iv)** evidenciado em nota explicativa específica dos resultados recorrentes e não recorrentes. Abaixo a reconciliação dos saldos apresentados com modificações de saldos ou nomenclaturas do período anterior.

	Classificação conforme Cosif 2020	01/01/2021	Classificação conforme Resolução BCB nº 02/2020	01/01/2021
Disponibilidades	20.172	20.172	Disponibilidades	20.172
Instrumentos financeiros	185.047	185.047	Instrumentos financeiros	185.047
Relações interfinanceiras	29	29	Instrumentos financeiros	29
Outros créditos	133.982	133.923	Outros ativos	133.923
		59	Ativo fiscal diferido	59
Outros valores e bens	475	475	Outros ativos	475
Imobilizado de uso	4.953	8.060	Imobilizado de uso	8.060
		(3.107)	Depreciações e amortizações	(3.107)
Intangível	596	1.013	Intangível	1.013
		(417)	Depreciações e amortizações	(417)
ATIVO TOTAL	345.254	345.254		

	Classificação conforme Cosif 2020	31/12/2021	01/01/2021	Classificação conforme Resolução BCB nº 02/2020	31/12/2021
Depósitos e demais instrumentos financeiros	34.532	34.532	Depósitos e demais instrumentos financeiros	34.532	34.532
Relações interdependências	8.578	8.578	Depósitos e demais instrumentos financeiros	8.578	8.578
Outras obrigações	129.290	128.999	Outras obrigações	128.999	129.290
		291	Depósitos e demais instrumentos financeiros	291	291
Provisões	52.767	52.767	Outros Passivos	52.767	52.767
Provisões para contingências	4.719	4.719	Provisões	4.719	4.719
Capital social	50.000	50.000	Capital social	50.000	50.000
Reservas de lucros	65.440	65.440	Reservas de lucros	65.440	65.440
Ajuste de avaliação patrimonial	(48)	(48)	Outros resultados abrangentes	(48)	(48)
PASSIVO TOTAL	345.254	345.254			

3. Resumo das principais práticas contábeis
a) Aparentação dos resultados: As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência *pro rata die*. **b) Disponibilidades e caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto. Essas aplicações, cujos vencimentos são em até 90 dias, têm como objetivo gerenciar os compromissos de curto prazo e estão reconhecidas pelos respectivos valores de aquisição, com seus rendimentos incorridos reconhecidos até a data do balanço. A composição das disponibilidades registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4. **c) Moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reco-

nhecidos nas demonstrações dos resultados. **d) Instrumentos financeiros - classificação e mensuração de ativos financeiros:** **a) Instrumentos financeiros - aplicações interfinanceiras de liquidez:** Estão apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas a valor justo por meio de dados de mercado aberto, cujo valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo. **b) Instrumentos financeiros - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** Os valores justos desses instrumentos financeiros, consideradas suas características de liquidez e condições normais de negociação entre partes não relacionadas. Para os títulos e valores mobiliários, representados essencialmente por títulos públicos, são representados pelos preços negociados e divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Instrumentos financeiros derivativos, essencialmente representados por operações com futuros USD, são mensurados com base nas cotações disponíveis em bolsas. Estes são contabilizados pelo valor justo e seus ajustes mantidos no ativo quando positivos, e no passivo, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. Atualmente o Banco utiliza operações com dólar futuro para proteger-se das possíveis flutuações de preços. A avaliação do valor justo envolve estimativas e julgamentos, podendo resultar em um valor justo diferente quando de sua efetiva realização. De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: **(i) Títulos para negociação:** São adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. **(ii) Títulos disponíveis para venda:** São aqueles que não se enquadram na categoria de títulos para negociação e nem como mantidos até o vencimento, e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzido dos efeitos tributários. **(iii) Títulos mantidos até o vencimento:** São aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O custo de aquisição é o valor pago pelo ativo, incluindo o custo de aquisição, líquidos das respectivas depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada do bem. O custo de depreciação com as taxas praticadas está demonstrado na Nota 9. **e) Ativos intangíveis:** São demonstrados ao custo de aquisição, líquidos das respectivas amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos direitos de uso. O quadro de amortização com as taxas praticadas está demonstrado na Nota 10. **h) Provisões, ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, bem como das obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25, qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, sendo: **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. **Provisões:** São constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos quanto à natureza das ações, a similaridade com processos anteriores e o posicionamento de tribunais. São constituídas provisões quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança e quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma eventual saída de recursos para a liquidação das obrigações. **Passivos contingentes:** De acordo com o CPC 25, é o termo utilizado para passivos que não são reconhecidos contabilmente pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento pois são considerados perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas (Nota 13). As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas. **i) Passivo circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrado pelos valores das obrigações assumidas e provisionadas até a data do balanço. Com o objetivo de realizar uma melhor interpretação e conciliação com as Notas Explicativas. **f) Ativos imobilizados:** São demonstrados ao custo de aquisição, líquidos das respectivas depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos direitos de uso. O quadro de amortização com as taxas praticadas está demonstrado na Nota 10. **g) Provisões, ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, bem como das obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25, qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, sendo: **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. **Provisões:** São constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos quanto à natureza das ações, a similaridade com processos anteriores e o posicionamento de tribunais. São constituídas provisões quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança e quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma eventual saída de recursos para a liquidação das obrigações. **Passivos contingentes:** De acordo com o CPC 25, é o termo utilizado para passivos que não são reconhecidos contabilmente pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento pois são considerados perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas (Nota 13). As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas. **i) Passivo circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrado pelos valores das obrigações assumidas e provisionadas até a data do balanço. Com o objetivo de realizar uma melhor interpretação e conciliação com as Notas Explicativas. **g) Provisões, ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, bem como das obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25, qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, sendo: **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. **Provisões:** São constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos quanto à natureza das ações, a similaridade com processos anteriores e o posicionamento de tribunais. São constituídas provisões quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança e quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma eventual saída de recursos para a liquidação das obrigações. **Passivos contingentes:** De acordo com o CPC 25, é o termo utilizado para passivos que não são reconhecidos contabilmente pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento pois são considerados perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas (Nota 13). As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas. **i) Passivo circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrado pelos valores das obrigações assumidas e provisionadas até a data do balanço. Com o objetivo de realizar uma melhor interpretação e conciliação com as Notas Explicativas. **h) Provisões, ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, bem como das obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25, qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, sendo: **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. **Provisões:** São constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos quanto à natureza das ações, a similaridade com processos anteriores e o posicionamento de tribunais. São constituídas provisões quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança e quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma eventual saída de recursos para a liquidação das obrigações. **Passivos contingentes:** De acordo com o CPC 25, é o termo utilizado para passivos que não são reconhecidos contabilmente pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento pois são considerados perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas (Nota 13). As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas. **i) Passivo circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrado pelos valores das obrigações assumidas e provisionadas até a data do balanço. Com o objetivo de realizar uma melhor interpretação e conciliação com as Notas Explicativas. **h) Provisões, ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, bem como das obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25, qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, sendo: **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. **Provisões:** São constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos quanto à natureza das ações, a similaridade com processos anteriores e o posicionamento de tribunais. São constituídas provisões quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança e quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma eventual saída de recursos para a liquidação das obrigações. **Passivos contingentes:** De acordo com o CPC 25, é o termo utilizado para passivos que não são reconhecidos contabilmente pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento pois são considerados perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas (Nota 13). As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas. **i) Passivo circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrado pelos valores das obrigações assumidas e provisionadas até a data do balanço. Com o objetivo de realizar uma melhor interpretação e conciliação com as Notas Explicativas. **h) Provisões, ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, bem como das obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25, qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, sendo: **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. **Provisões:** São constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos quanto à natureza das ações, a similaridade com processos anteriores e o posicionamento de tribunais. São constituídas provisões quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança e quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma eventual saída de recursos para a liquidação das obrigações. **Passivos contingentes:** De acordo com o CPC 25, é o termo utilizado para passivos que não são reconhecidos contabilmente pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento pois são considerados perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas (Nota 13). As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas. **i) Passivo circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrado pelos valores das obrigações assumidas e provisionadas até a data do balanço. Com o objetivo de realizar uma melhor interpretação e conciliação com as Notas Explicativas. **h) Provisões, ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, bem como das obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25, qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, sendo: **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. **Provisões:** São constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos quanto à natureza das ações, a similaridade com processos anteriores e o posicionamento de tribunais. São constituídas provisões quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança e quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma eventual saída de recursos para a liquidação das obrigações. **Passivos contingentes:** De acordo com o CPC 25, é o termo utilizado para passivos que não são reconhecidos contabilmente pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento pois são considerados perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas (Nota 13). As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas. **i) Passivo circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrado pelos valores das obrigações assumidas e provisionadas até a data do balanço. Com o objetivo de realizar uma melhor interpretação e conciliação com as Notas Explicativas. **h) Provisões, ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, bem como das obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25, qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, sendo: **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. **Provisões:** São constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos quanto à natureza das ações, a similaridade com processos anteriores e o posicionamento de tribunais. São constituídas provisões quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança e quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma eventual saída de recursos para a liquidação das obrigações. **Passivos contingentes:** De acordo com o CPC 25, é o termo utilizado para passivos que não são reconhecidos contabilmente pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento pois são considerados perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas (Nota 13). As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas. **i) Passivo circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrado pelos valores das obrigações assumidas e provisionadas até a data do balanço. Com o objetivo de realizar uma melhor interpretação e conciliação com as Notas Explicativas. **h) Provisões, ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, bem como das obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25,

MAFRIP MATADOURO FRIGORÍFICO RIO PARDO S.A.

Demonstrações Financeiras - Exercícios Fíndos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Balancos Patrimoniais				Balancos Patrimoniais				Demonstrações do Resultado				Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
Ativo		Passivo		Receitas (Despesas) operacionais		Fluxo de caixa das atividades operacionais		Capital social		Fluxo de caixa das atividades de investimento		Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Nota	31/12/2021	31/12/2020	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Nota	31/12/2021	31/12/2020	
Ativo				Passivo				Receitas (Despesas) operacionais				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Circulante				Circulante				Administrativas e gerais				Lucro líquido			
Impostos a recuperar	2	1.098	34	Obrigações fiscais	4	24	481	Outras receitas	11	600	600	Ajustes por:			
Outros ativos circulantes			1	Outros passivos circulantes			185	Receitas operacionais		283	361	Depreciação e amortização	188	157	
Total do circulante		1.098	35	Total do circulante		24	666	Despesa financeira	12	(4)	(1)	Imposto de renda e contribuição social diferidos		(24)	
Não circulante				Não circulante				Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social				Variação em:			
Imobilizado	3	8.292	8.480	Obrigações trabalhistas e sociais	5		782	Imposto de renda e contribuição social corrente		279	360	Impostos a recuperar		(1.064)	
Outros ativos não circulantes			164	Provisão para riscos processuais	6	4.419	2.168	Imposto de renda e contribuição social diferidos		(43)	(78)	Outros ativos circulantes e não circulantes		165	
Total do não circulante		8.292	8.644	Débitos com empresas ligadas	7	6.705	7.032	Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos		(4)	(1)	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		(1.239)	
Total do ativo		9.390	8.679	Total do passivo e patrimônio líquido	8	211	236	Lucro líquido		(43)	(54)	Outros passivos circulantes		(185)	
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				Demonstrações dos Resultados Abrangentes				Variação em ativos e passivos operacionais				Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Reser-Preju-va de os reava- acumu- social liação lad os líquido				Capital social				Nota 31/12/2021 31/12/2020				31/10/2021 31/12/2020			
Saldos em 31/12/2019				Saldos em 31/12/2019				Saldos em 31/12/2020				Saldos em 31/12/2021			
Realização de reserva de reavaliação			(70)	70											
IR e CS diferido			24	(24)											
Lucro líquido				306											
Saldos em 31/12/2020	9.845	266	6.998	(19.314)	(2.205)										
Realização de reserva de reavaliação			(75)	75											
IR e CS diferido			26	(26)											
Lucro líquido				236											
Saldos em 31/12/2021	9.845	266	6.949	(19.029)	(1.969)										

1. Contexto Operacional: A Companhia foi criada pela Cooperativa Mista de Médio Rio ParDO Ltda., seus Associados e o Estado da Bahia, na Rodovia BA 263, Km 167 - Zona Rural, na cidade de Itapetinga - Bahia. Em outubro de 2004, a Cooperativa Mista do Médio Rio ParDO Ltda. alienou 71,84% de suas ações, transferindo o controle acionário da Companhia para a empresa Bertin Ltda.. Em 2 de janeiro de 2008, a Companhia foi arrendada pela Bertin S.A., que, por seqüente, teve todo seu quadro de funcionários transferido para a arrendatária que ao mesmo tempo assumiu seu passivo trabalhista. Por meio do contrato de arrendamento firmado entre as partes, fica acordado que a arrendatária deverá pagar um valor mensal de R\$ 50 (cinquenta mil reais), com vencimento no dia 10 de cada mês. Em 31 de dezembro de 2009, a Bertin S.A. foi incorporada pela JBS S.A., consequentemente a controladora JBS S.A. arrendou a Companhia.

2. Impostos a Recuperar:

31/12/2021	31/12/2020
Demaís Débitos - PFGN - Lei 12.996/14	13
Demaís Débitos - RFB - Lei 12.996/14	288
Débitos Previdenciários - PFGN - Lei 12.996/14	210
Débitos Previdenciários - RFB - Lei 12.996/14	600
PIS e COFINS	34
Total	1.098

3. Imobilizado:

Depreciação acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Terrenos	6.600	6.600
Máquinas e equipamentos	4.659	4.659
Edificações e obras em construção	4.049	2.387
Móveis e utensílios	374	(374)
Equipamentos de informática	45	(45)
Veículos	30	(30)
Total	15.757	(7.465)

5. Obrigações Trabalhistas e Sociais:

31/12/2021	31/12/2020
Parcelamento Débitos Previdenciários - PFGN	247
Parcelamento Débitos Previdenciários - RFB	539
Total	782

6. Provisão para Riscos Processuais:

31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas ¹	1.501
Tributária ²	1.666
Previdenciária Patronal ³	1.252
Ambiental	30
Total	4.419

Trabalhistas¹ >> R\$ 1.501 >> Processo nº 0006200-04-2004-5-05-0621 - Refere-se discussão de diferença de FGTS movida pelo Sindicato - SINDI-CARNE/BA. **Previdenciária Patronal² >> R\$ 1.252 >>** Refere-se Contribuição Previdenciária Patronal - PGNF, número do débito 352376368 no valor de R\$ 1.210, débito 352376376 no valor de R\$ 42. **Tributária³ >>** Provisão tributária histórica. **7. Transações com Partes Relacionadas:** Os principais saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e nas contas de resultado são a seguir apresentados:

31/12/2021	31/12/2020		
Companhia	Moeda	Conta corrente	Conta corrente
JBS S.A.	R\$	6.705	7.032

8. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

31/12/2021	31/12/2020
IRPJ sobre reserva de reavaliação	155
CSSL sobre reserva de reavaliação	56
Total	211

9. Patrimônio Líquido: Capital social: O capital social autorizado da Companhia, conforme previsto em contrato social é de 15.000.000 (quinze milhões) de ações, ao valor unitário de R\$ 1,00. Deste montante, R\$ 9.845.232 (nove milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais) encontram-se totalmente integralizados em 31 de dezembro de 2021. Abaixo relacionamos os principais acionistas e suas participações em reais (RS) na Companhia:

31/12/2021	Participação
JBS S.A.	7.073.089
AgroBahia (Estado da Bahia)	1.630.308
Garcia Agropecuária Ltda.	99.600
José Carlos Cruz Cerqueira Moura	70.000
Edward de Brito Land	51.048
Cabana da Ponte Agropecuária Ltda.	50.625
Minoritários - Pulverizados	870.562
Total	9.845.232

10. Despesas por Natureza:

31/12/2021	31/12/2020
Despesas administrativas e gerais	(98)
Impostos, taxas e contribuições	(187)
Depreciação e amortização	(22)
Serviços profissionais e contratados	(317)
Total	(524)

11. Outras Receitas:

31/12/2021	31/12/2020
Aluguéis e arrendamentos	600
Juros passivos	600
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(3)
Total	(4)

12. Resultado Financeiro Líquido:

31/12/2021	31/12/2020
Juros passivos	(1)
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(3)
Total	(4)

Demonstrações do Valor Adicionado

31/12/2021	31/12/2020
Receitas	600
Outras receitas operacionais líquidas	600
Total	600

Insumos adquiridos de terceiros

31/12/2021	31/12/2020
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(31)
Total	(31)

Valor adicionado bruto

31/12/2021	31/12/2020
Depreciação e Amortização	(188)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	361
Distribuição do valor adicionado	(381)
Total	(148)

Impostos, taxas e contribuições

31/12/2021	31/12/2020
Federais	141
Total	141

Remuneração de capitais de terceiros

31/12/2021	31/12/2020
Juros	4
Total	4

Remuneração de capitais próprios

31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido	236
Total	236

Valor adicionado total distribuído

31/12/2021	31/12/2020
Total	381

Conselho de Administração

Membro do Conselho - José Batista Sobrinho

Membro do Conselho - Wesley Mendonça Batista Filho

Membro do Conselho - Jeremiah Alphonsus O'Callaghan

Diretoria Estatutária

Diretor Superintendente - Wesley Mendonça Batista Filho

Diretor Administrativo e Financeiro - Renato Mauro Menezes Costa

Contador

Presley Marcio Souza Santana (CRC BA 020647/O-5)

Colégio Brasil Europa S/A

Demonstrações Financeiras do Exercício - 01/01/2021 a 31/12/2021 (Expresso em R\$)

CNPJ nº 60.758.513/0001-98

Senhores Acionistas: Em cumprimento às normas legais e estatutárias da Companhia, apresentamos as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Permanecemos desde já à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balanco Patrimonial e Econômico		2021 - R\$		2020 - R\$	
Ativo/Ativo Circulante	4.144.489	3.348.955	Saldo 31/12/2020	968.720	249.762
Disponibilidades	4.137.289	3.347.978	Dividendos	-	(99.862)
Caixa e Bancos	1.707	18.594	Reservas de Lucros	-	948.287
Aplicações Financeiras	3.633.828	2.827.630	Resultado do Período	40.854	(40.854)
Estoque	501.754	501.754	Saldo 31/12/2021	968.720	290.616
Realizável	7.200	978	Demonstração do Resultado		
Empregados a Funcionários	7.200	978	2021 - R\$ 2020 - R\$		
Prêmio de Seguros a Apropriar			Receitas Operacionais/Aluguel de Imóvel		
Não Circulante	228.861	161.028	2.454.822 1.861.556		
Caucões e Depósitos	111.648	95.149	(-) Tributos s/Receitas (89.601) (67.947)		
Imobilizado	117.213	65.879	Receita Operacional Líquida		
Imobilizações Financeiras	5.890	5.890	2.365.221 1.793.609		
Imobilizado	882.038	813.089	(-) Despesas com Pessoal (1.000.332) (938.394)		
Correção IPC/90	177.936	177.936	(-) Despesas Administrativas (202.287) (217.754)		
Depreciação IPC/90	(123.999)	(123.999)	(-) Impostos Taxas e Contribuições (728) (11.080)		
Depreciação Acumulada	(824.652)	(807.037)	(-) Depreciações (17.615) (3.085)		
Total do Ativo	4.373.350	3.509.983	(-) Despesas Financeiras (1.073) (1.703)		
Passivo/Passivo Circulante	167.978	153.036	(+ Receitas Financeiras 151.944 117.417		
Obrigações Trabalhistas	74.509	74.344	(-) Despesas não Operacionais (51.800) (57.706)		
Obrigações Tributárias	7.465	6.661	Resultado antes da Provisão IRF e CSL		
Provisões	7.507	7.180	1.242.880 681.304		
Contas a Pagar	4.222	4.222	Provisão Contribuição Social s/Lucro (84.333) (63.882)		
IRF e CSL a Recolher	74.275	60.825	Provisão Imposto de Renda s/ Lucro (210.259) (153.450)		
Não Circulante	1.200.000	1.200.000	Resultado Líquido do Exercício		
Aquisição de Ações	1.200.000	1.200.000	948.287 463.973		
Patrimônio Líquido	3.005.373	2.156.947	Notas Explicativas		
Capital	968.720	968.720	a) As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições contidas da Lei das Sociedades por Ações Lei 10.638/2007 e Legislação Tributária Vigente. b) As depreciações estão calculadas pelo método linear segundo as taxas normais permitidas pela legislação vigente. c) As despesas e receitas são reconhecidas com observância no regime de competência. d) A tributação do Imposto de Renda e da Contribuição Social foram calculadas pelo Lucro Presumido.		
Reserva de Lucros	6.728.673	6.385.661			
Reserva de Lucros do Exercício	607.571	343.012			
Reserva Legal	290.616	249.762			
Saldo Correção M IPC/90	(90.208)	(90.208)			
Ações em Tesouraria	(5.700.000)	(5.700.000)			
Total do Passivo	4.373.350	3.509.983			

Infracommerce CXAAS S.A.

Demonstrações Financeiras do Exercício - 01/01/2021 a 31/12/2021 (Expresso em R\$)

CNPJ/ME nº 38.456.921/0001-36 - NIRE 35.300.557.361

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 3 de Fevereiro de 2022

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 3 (três) dias do mês de fevereiro de 2022, às 15h00, por videoconferência, nos termos do Artigo 14, parágrafo primeiro, do Estatuto Social da Infracommerce CXAAS S.A. ("Companhia"), razão pela qual é considerada realizada na sede da Companhia, nos termos da legislação aplicável. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 13, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Srs. Pedro Jereissati, Guilherme Weege, João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira, Kai Philipp Schoppen, Pedro Sirotsky Melzer, Claudia Worms Sciamia e Estela Vieira. Presentes, ainda, como convidados, os Srs. Rafael Quintas e Fabio Bortolotti. **3. Mesa:** Presidente: Pedro Jereissati; Secretária: Amanda Pires de Almeida. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (I) a alteração do Regimento do Comitê de Auditoria da Companhia, Material de suporte para as matérias constantes da Ordem do Dia foi disponibilizado aos Srs. Conselheiros por meio do portal de governança da Companhia. **5. Deliberações:** Colocadas as matérias acima em discussão e posterior votação, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram: (II) a alteração do Regulamento do Comitê de Auditoria da Companhia, que, a partir desta data, passa a vigorar com a redação do Anexo II a esta Ata. **6. Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos para lavratura da presente ata, assinada por todos os presentes. (aa) Mesa: Pedro Jereissati (Presidente); Amanda Almeida (Secretária). (aa) Membros do Conselho de Administração: Pedro Jereissati, Guilherme Weege, João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira, Kai Philipp Schoppen, Pedro Sirotsky Melzer, Claudia Worms Sciamia e Estela Vieira. Atesto que as deliberações acima reproduzidas foram extraídas da Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 3 de fevereiro de 2022, lavrada no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. São Paulo, 3 de fevereiro de 2022. Amanda Almeida - Secretária. JUCESP nº 122.751/22-0 em 08/03/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Colégio Brasil Europa S/A

Ines Helena Feingensheim
Diretora Presidente

Fernandes Araújo & Cia. Aud.Cons.Empr.S/S

Márcio Fernandes de Araújo
Contador - CRC ISP174105/O-2

VERT-ADIANTE II COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS COMERCIAIS

Demonstrações Financeiras do Exercício - 01/01/2021 a 31/12/2021 (Expresso em R\$)

CNPJ/ME nº 44.762.192/0001-49 - NIRE 3530058241

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 16 de Fevereiro de 2022

1. Data, hora e local: aos 16 de fevereiro de 2022, às 10 horas, na sede social da Vert-Adiante II Companhia Securitizadora de Créditos Comerciais ("Companhia"), na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com sede na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 7º andar, Pinheiros, CEP 05407-003. **2. Convocação e Presença:** dispensada a convocação, diante da presença de todos os acionistas, representando a totalidade de ações de emissão da Companhia, nos termos do §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Mesa:** Sr. Gustavo de Carvalho Blasco - Presidente; Sr. Gustavo Moreira Carvalho - Secretário. **4. Ordem do dia:** (A) discutir e deliberar, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações as condições e as características específicas da 1ª (primeira) emissão, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, sendo a primeira série da espécie com garantia real e a segunda série da espécie subordinada, da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente). (B) discutir e deliberar a constituição, em garantia do integral cumprimento das obrigações principais e acessórias devidas aos titulares das Debêntures no âmbito da Emissão, de cessão fiduciária sobre a totalidade dos direitos da Emissora oriundos (i) dos direitos creditórios atuais e futuros decorrentes dos créditos comerciais a serem adquiridos pela Emissora no âmbito da Emissão e a ela vinculadas, a serem identificados na Escritura de Emissão e no competente contrato de garantia ("Direitos Creditórios Vinculados"), (ii) dos direitos creditórios decorrentes da conta exclusiva vinculada à Emissão a ser identificada na Escritura de Emissão e no competente contrato de garantia ("Conta Exclusiva"), (iii) dos direitos creditórios decorrentes das demais contas bancárias da Emissora ("Contas") e (iv) dos direitos creditórios decorrentes dos investimentos realizados com base nos recursos depositados na Conta Exclusiva e nas demais contas da emissora (em conjunto os "Direitos Dados em Garantia") ("Cessão Fiduciária" ou "Garantia"); (C) a realização da oferta pública com esforços restritos de distribuição das Debêntures, nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), e da Instrução da CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); e (D) autorizar a diretoria da Emiss

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C527-D45E-3F8A-F541> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C527-D45E-3F8A-F541



Hash do Documento

5D0B4FFB5871FE8ACC0CCAC202F09C2F3ED2D3025AE6827406F4FD2B65B7371A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 18/03/2022 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
18/03/2022 00:04 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

